

UNIVERSIDADE DE SOROCABA

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

A educação em Sorocaba - do final do século XIX até a criação da Escola Normal Livre de Sorocaba em 1929

Autora: Ana Lucia de Almeida Lima



Escola Municipal “Dr. Getúlio Vargas”

Antiga “Escola Normal Livre de Sorocaba”

Foto: Sorocaba 350 anos – Uma História Ilustrada, 2004, p. 189.

**Sorocaba/SP
Junho/2005**

Ana Lucia de Almeida Lima

A educação em Sorocaba- do final do século XIX até a criação da Escola Normal Livre de Sorocaba em 1929

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Sandano.

**Sorocaba/SP
Junho/ 2005**

Sumário

INTRODUÇÃO.....	01
1 Educação nos primeiros anos da República.....	05
1.1 As mudanças no ensino primário.....	09
1.2 As reformas do ensino.....	14
2 Os primórdios do ensino normal.....	20
2.1 A reforma republicana paulista.....	33
2.2 A busca pelas escolas normais – considerações.....	54
3 As escolas normais livres.....	56
4 A educação em Sorocaba: final do Império e início da República.	67
4.1 Sorocaba: aspectos históricos.....	67
4.2 O progresso no início do novo século.....	72
4.3 As forças políticas de Sorocaba.....	75
4.4 A educação em Sorocaba	78
4.5 A Escola Normal Livre de Sorocaba.....	85
CONCLUSÃO.....	91
ANEXOS.....	97
REFERÊNCIAS.....	112

Ana Lucia de Almeida Lima

A educação em Sorocaba - do final do século XIX até a criação da Escola Normal Livre de Sorocaba em 1929

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Sorocaba, pela Banca Examinadora formada pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Wilson Sandano / UNISO

Ass. _____

Orientador e Presidente da Banca

Prof. Dr. José Luis Sanfelice / UNISO

Ass. _____

Prof. Dr. Og Natal Menon / UNISO

Ass. _____

Sorocaba/SP
Junho/ 2005

RESUMO

Este trabalho é o resultado das pesquisas realizadas no intuito de compreender a educação escolarizada em Sorocaba existente no final do Império e início da República até os motivos que levaram o município a criar e instalar a Escola Normal Livre de Sorocaba, primeira escola normal da cidade, dentro de uma análise histórica e cultural, que permitiram registrar aqui um pouco da história dessa instituição escolar.

Tendo a Escola Normal Livre de Sorocaba como foco principal, a autora faz um estudo sobre a escola normal desde a sua criação no Brasil e em especial no Estado de São Paulo, destacando os avanços e retrocessos da escola normal paulista, a fim de entender qual a ligação de “Livre” no nome original da escola.

Outros questionamentos como a que público ela se destinava, bem como, qual a formação inicial que propunha na época, fizeram parte das análises empreendidas, buscando entender dentro do período de implantação da República, mais especificamente as duas primeiras décadas, a sua real necessidade de funcionamento, relacionando-a com a expansão do ensino público, diante do desenvolvimento e nova estrutura urbana que remodelava a cidade.

No decorrer do trabalho, a autora descreve um pouco da história da cidade, desde a sua formação até o final da década de vinte, com a finalidade de dar maior substância à formação e caracterização da população, até a inserção da Escola Normal, revendo a educação escolarizada existente

como um todo, integrando-a aos aspectos políticos, sociais e educacionais que demonstram a evolução desta comunidade.

INTRODUÇÃO

No início dessa apresentação relato aqui o despertar do meu interesse pelo tema proposto, visto que, já algum tempo venho desenvolvendo trabalhos com crianças do ensino fundamental da rede pública municipal, voltados à história de Sorocaba, planejando e coordenando ações que possam transmitir numa linguagem acessível a faixa etária em questão, um pouco do conhecimento da história desta cidade que se retrata por exemplo, através de bustos, praças, nomes de ruas.

Na formatação desses trabalhos me deparei com a falta de documentação e estudos relacionados ao tema, que originaram a busca de informações com alguns profissionais que detêm tal conhecimento.

Quanto aos estudos sobre a história da educação escolar de Sorocaba, as fontes também são bastante escassas contando com alguns professores-pesquisadores como Og Natal Menon, Wilson Sandano e Nilson Leis, que se voltaram a esse assunto na busca de informações que pudessem ser registradas e catalogadas como forma de imprimir um perfil educacional da cidade.

Assim, a criação da primeira Escola Normal de Sorocaba tornou-se para mim um tema extremamente interessante, levando-me às pesquisas, que até o presente momento não haviam sido elaboradas em torno desse assunto.

Pretendo nesta pesquisa, entender as razões de sua instalação na cidade, a que público se destinava e que perspectivas de formação apresentava.

Na busca de informações, surge a necessidade de se recorrer à historiografia para analisar aspectos sociais, políticos e educacionais importantes da época que tenham sido

fatores desencadeadores de sua instalação, uma vez que o meio sociocultural tem grande influência na reconstrução da identidade histórica de uma instituição escolar.

Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico (MAGALHÃES, 1999, p.64).

Para um melhor entendimento do processo de instalação da Escola Normal de Sorocaba, busquei alguns aspectos políticos e educacionais de relevância, que retratassem o início do Estado republicano e suas preocupações centrais, que geraram algumas reformas para a organização do ensino, abrindo novos espaços para discussões aos profissionais da educação, especialmente no Estado de São Paulo, quando das propostas de equiparação das escolas normais, surgem as normais livres, que me remete ao objeto de estudo dessa pesquisa.

Para compreender as razões que levaram a municipalidade a criar e instalar a Escola Normal Livre de Sorocaba, defini este trabalho com a proposta não somente de centrar as atenções na Escola Normal de Sorocaba, mas resgatando a escola normal paulista sob vários aspectos, proporcionando uma amplitude maior do contexto em que esta se inseriu.

Os acervos documentais e arquivísticos referentes ao final do Império e início da República foram de grande valia na investigação do processo histórico em questão.

O princípio da minha investigação foi analisar a documentação disponível na Escola Municipal “Dr. Getúlio Vargas” (criada em 1929 sob o nome de Escola Normal Livre de Sorocaba), mas não havia informações suficientes que registrassem o seu período de criação, porém nos arquivos de sua biblioteca encontrei reportagens que embora recentes

contavam, um pouco da história dessa instituição, servindo-me de ponto de partida para a elaboração desse trabalho.

Outro fator determinante foi o nome original “ Escola Normal Livre de Sorocaba” que me fez repensar sobre o ensino normal como um todo, buscando informações sobre o seu desenvolvimento no Brasil, especialmente no Estado de São Paulo, afim de compreender a ligação do nome “Livre” dentro do processo histórico que permeavam os anos de 1927 a 1929.

A partir daí, busquei na bibliografia específica sobre as Escolas Normais pontos relevantes que elucidassem a sua evolução dentro de uma abordagem teórica e metodológica, traçando os rumos que levaram à criação das Escolas Normais Livres.

Na sequência do processo de investigação, recorri aos arquivos da Câmara Municipal de Sorocaba, Museu Histórico Sorocabano, Casa Aluísio de Almeida e a edições antigas do Jornal Cruzeiro do Sul, bem como, a literatura disponível, embora escassa, sobre a história de Sorocaba, onde obtive subsídios importantes para a formatação dessa pesquisa.

A bibliografia por mim utilizada permitiu-me alinhar traços importantes quanto a relação do período de industrialização no Brasil e o início do desenvolvimento industrial em Sorocaba, bem como, a influência imigratória que delineou o perfil sociocultural da cidade responsável pela expansão urbana no início do século XX o que me levou a novas reivindicações quanto a instrução escolar necessária para atender essa demanda.

A estruturação dos capítulos visa seqüenciar através da história alguns fatos principais que me levaram a entender o desenvolvimento da Escola Normal, principalmente no Estado de São Paulo, seus avanços e retrocessos, até chegar a criação da Escola Normal Livre de Sorocaba, dentro de um processo histórico-cultural vigente nas primeiras décadas do século XX.

A iconografia selecionada ilustra momentos históricos de referência proporcionando uma visão de época, na intenção de dar maior densidade ao texto.

No primeiro capítulo registrei os principais fatos políticos em efervescência no final do Império e início da República que influíram na estruturação da Escola Normal no Brasil em especial no Estado de São Paulo.

No segundo capítulo, relatei a trajetória do ensino normal, especialmente paulista, que permitiu-me analisar seus avanços e retrocessos, na busca pelo aprimoramento do magistério.

Em seguida, no terceiro capítulo volto-me especificamente às Escolas Normais Livres, sua equiparação com as normais oficiais, responsabilidade dessas enquanto disseminadoras de novos mestres e sua participação efetiva na expansão do ensino primário no interior do Estado.

E o quarto capítulo se objetiva na criação da Escola Normal Livre de Sorocaba, em 1929, a qual se reporta este trabalho, sob os aspectos políticos-administrativos e educacionais que permitiram a sua instalação, bem como os anseios da população local por uma escola de formação profissional normal na cidade de Sorocaba.

Finalmente, coloco minhas observações pessoais e concluo, deixando a minha contribuição como um ponto de partida, pois a estruturação do curso normal daquela escola, lhe deu bases fortes para se manter até hoje como uma das escolas mais procuradas em nossa cidade.

1 EDUCAÇÃO NOS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA

A Proclamação da República representou uma substituição da velha aristocracia rural canavieira, de mentalidade escravista, pelo moderno setor empresarial cafeeiro, rompendo com os quadros antiquados e conservadores do Império, abrindo novas perspectivas de prosperidade econômica, voltada para a produção extensiva e em larga escala, de matérias-primas e gêneros tropicais destinados à exportação como: café, cacau, mate e fumo (PRADO JUNIOR, 1970, p.207).

Uma das principais características da Primeira República foi o absoluto domínio das oligarquias agrárias estaduais (os grandes fazendeiros) sobre a política brasileira. A oligarquia mais rica e poderosa, formada pelos cafeicultores paulistas – que dominou a política desse estado – assumiu - em alternância com a oligarquia mineira, o que ficou conhecido como a política café com leite - o controle do governo federal. As oligarquias mais fracas, ligadas à pecuária, ao algodão, ao cacau e a outros produtos secundários (nordeste e sul do Brasil), assumiram o controle dos demais governos estaduais (FAUSTO, 2001, p.270).

O grupo cafeeiro que se instala no poder é muito mais moderno, dinâmico e empresarial do que as velhas oligarquias nordestinas que dominaram a política nacional por longo tempo, tendo na sua base a valorização do liberalismo com ações voltadas para a industrialização com capital próprio, assalariamento dos trabalhadores, incentivos à imigração e investimento na produção, dentro de uma visão capitalista e empresarial. Além disso, com a Proclamação da República, abriu-se um espaço, embora pequeno, para que a

classe média e a nascente burguesia industrial participassem da política do país (FAUSTO, 2001, p. 305).

Mesmo com a República a influência das antigas oligarquias rurais era bastante presente, dando origem a diversos conflitos como a revolta sertaneja de Canudos no norte do sertão baiano em 1893, liderado por Antônio Conselheiro, conhecido como beato, que nas suas andanças pelo sertão ia fazendo profecias e aconselhando quem o procurasse, era contra a cobrança de impostos e lutava pela conquista de terras para os sertanejos desempregados. A destruição de Canudos em 1897, por tropas federais, foi a resposta governista aos rebeldes numa tentativa de assegurar a ordem vigente (MONTEIRO, 1978, p. 60).

No Rio de Janeiro em 1904, o alto índice de desemprego, a elevação dos preços dos gêneros de primeiras necessidades, a demolição de grande número de prédios velhos e pardieiros, para a construção de novas avenidas, dentro de um projeto de modernização que cercavam as transformações da capital da República, desabrigou milhares de famílias; aumentando a procura por moradias e elevando o preço dos aluguéis a níveis altíssimos, obrigando a população mais pobre a morar em lugares distantes de seus pontos de trabalho.

O descontentamento popular, há tanto tempo contido, estourou quando Oswaldo Cruz, diretor da Saúde Pública, encarregado do saneamento do Rio de Janeiro e da erradicação de doenças endêmicas que então assolavam a capital, principalmente no verão, iniciou a campanha antivariólica, feita com violência e sem esclarecimento do povo. Quando foi decretada a obrigatoriedade da vacina contra a varíola deu-se início a mais uma revolta, onde durante quatro dias o povo mais humilde foi o dono das ruas espancando policiais, destruindo delegacias, invadindo quartéis, saqueando e incendiando os bondes, tendo como núcleo da rebelião o Centro das Classes Operárias. Ao lado da revolta

espontânea do povo estavam presentes líderes operários, anarquistas, socialistas, políticos da oposição e militares florianistas (SEVCENKO, 2001, p.21 e 137).

Tanto o episódio de Canudos quanto o da Revolta da Vacina, com suas evidentes afinidades, são dos mais exemplares para assinalar as condições que se impuseram com o advento do tempo republicano. Um tempo mais acelerado, impulsionado por novos potenciais energéticos e tecnológicos, em que a exigência de acertar os ponteiros brasileiros com o relógio global suscitou a hegemonia de discursos técnicos, confiantes em representar a vitória inelutável do progresso e por isso dispostos a fazer valer a modernização “ a qualquer custo”. As ações concretas desencadeadas por esses discursos, como visto nesses dois exemplos, se traduziram em formas extremas de opressão quando voltadas para as populações destituídas de qualquer educação formal e alheadas dos processos decisórios. Casos como esses se multiplicaram, como se sabe, a Guerra do Contestado (1912-6) na fronteira entre o Paraná e Santa Catarina ou o bombardeio desumano da população paulista quando da Revolta de 1924, seguido de execuções sumárias de imigrantes (SEVCENKO, 2001, p. 27).

Em 1910 surge a revolta da Chibata envolvendo a Marinha brasileira no Rio de Janeiro, tendo como líder João Cândido. O grupo reivindicava a extinção dos castigos corporais (chibata, palmatória, prisão a ferros e solitária), a que estavam expostos os marujos, aumento salarial, redução da jornada de trabalho e concessão de anistia. Embora o acordo tenha inicialmente sido aceito, não foi honrado, sendo os revoltosos presos e deportados para lugares distantes.

Outro movimento, o Contestado em 1912, surge como um novo conflito social, liderado por José Maria, na busca de terra e trabalho, famílias pobres, camponeses e desempregados da Estrada de Ferro se instalam nas terras do Contestado, em Santa Catarina, onde em 1916 contava com mais de 20 mil agregados. Com a intervenção do exército o movimento foi desfeito, tendo como saldo mais de 3mil mortos.

Com o avançar do Estado republicano, ainda oligárquico , cresce a insatisfação do povo com o poder instituído, visto que os movimentos foram engrossados pelos próprios militares, por representantes das oligarquias dissidentes e pela classe média urbana. Os pontos principais que geraram essa insatisfação foram o alto custo de vida, pouca

participação política da população, repressão às organizações sindicais e a falta de melhoria na qualidade de vida como melhores condições sociais em geral e principalmente de saúde, agravados pelas oligarquias dissidentes que queriam o poder político para a implantação de um sistema mais democrático.

O rompimento da “política café com leite”, ocasionada pelo então presidente paulista Washington Luís, que apóia como seu sucessor Júlio Prestes nas eleições de 1930, candidato do mesmo estado, gerou uma insatisfação entre os mineiros, tornando o Partido Republicano Mineiro (PRM) oposição ao governo. Surge então, a Aliança Liberal que apóia Getúlio Vargas, gaúcho, para presidente e João Pessoa como vice, tendo ao final das eleições a vitória de Júlio Prestes. As forças oposicionistas se movimentam no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba contra o governo, deflagrando a queda de Washington Luís e a ascensão de Getúlio Vargas.

Em 1930 são realizadas eleições presidenciais, com vitória de Júlio Prestes. As forças de oposição derrotadas voltam a se mobilizar quando ocorre o assassinato de João Pessoa, na Paraíba. Mesmo tendo sido um crime passional, o fato é interpretado pelo movimento oposicionista como tendo, motivações políticas. Em 3 de outubro é deflagrado no Rio Grande do Sul, com posterior adesão de Minas Gerais e Paraíba, um levante contra o governo. Washington Luís é deposto em 24 de outubro. Pouco depois, Vargas ascende ao poder (VIEIRA, 2003, p.74).

Em meio a toda essa agitação política, a preocupação nessa época era com a formação do homem público, o ideário pedagógico desse período traz a educação cívica e patriótica do indivíduo em busca da nacionalidade almejada pelos republicanos.

O primeiro período republicano brasileiro (1889-1930) , também chamado de República Velha, registra o desenvolvimento de experiências anarquistas e a organização dos operários em sindicatos ,bem como a disputa pelo poder central¹ .

1.1 AS MUDANÇAS NO ENSINO PRIMÁRIO

Quando o Brasil iniciara o regime monárquico, foi promulgada em 15 de outubro de 1827 a lei geral que instituía as escolas de primeiras letras, as quais o poder central delegou às Províncias a criação e manutenção dessas escolas elementares, que embora com recursos escassos, aos poucos foram sendo instaladas, sem contar com diretrizes gerais que orientassem sobre o ensino que ministrariam, procuraram ajustar as possibilidades regionais à organização escolar. Na Província de São Paulo o ensino elementar foi alvo de sucessivas reformas, mas mesmo assim demonstrava-se ineficiente, reduzindo-se à leitura, escrita, contas e doutrina religiosa (REIS FILHO, 1981, p.112).

Com a Lei de 6 de abril de 1887, estabeleceu-se um novo programa: educação cívica, educação religiosa (facultada para os filhos dos católicos); lições de coisas com observação espontânea; leitura, exercício de análise sobre pequenos trechos; escrita graduada com exercícios de ortografia; aritmética: as quatro operações sobre números inteiros, frações ordinárias e decimais, regra de três simples com exercícios práticos e problemas graduados do uso comum; ensino prático do sistema legal de pesos e medidas; desenho linear e à mão livre; exercício de redação de cartas, contas e faturas comerciais; noções de geografia geral e geografia física concernentes a fenômenos de evaporação e formação de nuvens, das chuvas, do vento, serra e montanhas e sua influência na formação de rios, etc., guiando o aluno no conhecimento dos mapas; ginástica; canto coral e para o sexo feminino: costura simples (REIS FILHO, 1981, p.115).

¹ Ver sobre o movimento operário em PINHEIRO, Paulo Sergio. O proletariado industrial na Primeira República. In: História Geral da Civilização Brasileira.

O programa estabelecido sofreu alteração em 1890, quando foi extinta a educação religiosa nas escolas públicas². Em 1893, foi decretado o Regulamento da Instrução Pública, onde o ensino primário, gratuito, dividiu-se em: Curso Preliminar (obrigatório dos sete aos quinze anos e facultativo até os dezesseis) , criado em todas as localidades que atingissem de vinte a quarenta alunos, sendo possível, caso houvesse apenas vinte alunos, a criação de escola mista e se o número de crianças fosse inferior a vinte, seria criada uma escola ambulante; e Curso Complementar onde houvesse até dez escolas preliminares existentes, seria criada uma escola complementar, preferencialmente contando com o apoio do município, que deveria ceder o prédio para abrigá-lo.

1.1.1 Curso Preliminar

O Curso Preliminar compreendia:

a) As Escolas Preliminares – regidas por professores normalistas ou professores habilitados, através de concurso, perante a Congregação da Escola Normal da capital. As Escolas Preliminares eram exclusivas para cada sexo, podendo ser mista (caso houvesse apenas vinte alunos), com duração de quatro anos e compreendia as disciplinas de leitura e dedução de princípios de gramática; escrita e caligrafia; cálculo aritmético sobre números inteiros e frações; geometria prática (taximetria) com as noções necessárias para suas aplicações à medição de superfície e volumes; sistema métrico e decimal; desenho à mão livre; moral prática; educação cívica; noções de geografia geral; cosmografia; geografia do Brasil, especialmente a do Estado de São Paulo; noções de física, química e história natural, nas suas mais simples aplicações, especialmente à higiene; história do Brasil e leitura sobre a vida dos grandes homens; leitura de música e canto; exercícios ginásticos e militares e trabalhos manuais apropriados à idade e ao sexo.

² Cf. Decreto nº 34, de 25 de março de 1890. In: Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo, Tomo I.

b) Grupos Escolares – foram criados para agrupar de quatro a dez escolas em um único prédio, a critério do Conselho Superior, compreendidas obrigatoriamente no raio de 2 Km para o sexo masculino e 1 Km para o feminino, distantes da escola. Cada Grupo Escolar era dirigido por um diretor e contando com os professores necessários para cada classe que eram divididas por sexo, além de adjuntos, professores auxiliares, de acordo com as necessidades e a critério do diretor. Como havia uma classe para cada sexo, formava-se duas classes de 1º ano, duas de 2º ano, duas de 3º ano e duas de 4º ano no curso preliminar. A formação de classes com nível de aprendizagem semelhantes e graduados permitiam uma melhor divisão do trabalho escolar, possibilitando melhor rendimento escolar de acordo com o desenvolvimento cultural do aluno. Os grupos escolares foram os que mais atenderam as necessidades da população, devido às novas condições de expansão urbana (REIS FILHO,1981,p.120).

c) Escolas Intermédias – regidas por professores não normalistas e habilitados pelo regulamento de 1869 e 1887, os quais exigiam que os exames para esses professores fossem em uma das salas do Palácio do Governo, diante de uma Comissão Examinadora, com a presença do Presidente da Província e a assistência do Inspetor Geral da Instrução Pública. Embora o seu plano de estudos fosse igual ao da escola preliminar, os professores não eram obrigados a lecionar todas as matérias, só lecionariam as matérias que foram avaliadas no exame de qualificação a que se submeteram, isso implicava na redução do plano de estudo e conseqüentemente nos níveis salariais, sendo os seus vencimentos menores do que os professores das preliminares.

d) Escolas Provisórias – regidas por professores interinos habilitados por concurso na presença de inspetores do distrito, de acordo com o Regulamento de 1893. O seu plano de estudo era reduzido: leitura, escrita, princípios de cálculo, geografia geral e do Brasil,

princípios básicos das Constituições da República e do Estado. Essas escolas passariam a preliminares desde que seus professores fossem substituídos por professores diplomados.

e) Escolas Ambulantes – possuía um único professor que percorreria os bairros agrupados em dias alternados. Eram apenas três professores no Estado, sendo um para o atendimento dos bairros de Perus e Caieiras na capital, outro para Santana, Guarapira e Barro Branco, e outro para Bom Sucesso e Santo Antônio em São José do Rio Pardo (Reis Filho, 1981,p.121).

f) Escolas Noturnas – criadas para atenderem a educação dos adultos, masculinos, acima de dezesseis anos, que por algum motivo não pudessem freqüentar outras escolas. Eram regidas por professores das Escolas Preliminares que recebiam um adicional para tal, funcionava das 18 às 21 horas. O estudo da geometria era ampliado pelos professores e voltado ao processo de desenho em diferentes ofícios, o que lhe concedia um caráter profissionalizante.

1.1.2 Curso Complementar

O Curso Complementar era para dar continuidade aos estudos daqueles que já haviam completado o curso preliminar, também com duração de quatro anos, gratuita, mas só em 31 de dezembro de 1894, com o Decreto nº 275 é que se criou a Escola Complementar – Modelo, anexa à Escola Normal da capital, prevendo-se o seu funcionamento a partir de 1895 (Reis Filho, 1981, p.126).

A Escola Complementar já fora prevista no Decreto 27, de 12 de março de 1890, e por Caetano de Campos em seu projeto de 1891, como escola de 2º grau destinada à cultura geral. Reaparece na Lei 88, de 8 de setembro de 1892, habilitando seus alunos para o cargo de professor adjunto das escolas preliminares, embora não tenha no seu plano de estudo nenhuma disciplina pedagógica. É criada, pelo Decreto de 31 de dezembro de 1894, e instalada no ano seguinte como Escola Complementar – Modelo, destinada aos exercícios práticos do ensino. As duas primeiras classes, uma para cada sexo, instalaram-se constituindo o 5º ano de Escola – Modelo, já em funcionamento desde 1890, anexa à Escola Normal da Capital, segundo o regime adotado ali. Essas classes

foram regidas pelos professores Teófilo Martins de Melo e Dona Rita E. Pinto e Silva. Com as seguintes disciplinas: português, francês, aritmética, geografia do Brasil, caligrafia, desenho e exercícios ginásticos (REIS FILHO, 1981, p.126).

A escola complementar sofre algumas modificações em 3 de setembro de 1895, tendo as matérias divididas em quatro anos e contando com quatro professores, um para cada ano, além disso, os alunos que concluíssem o curso e tivessem um ano de prática de ensino, desde que cursados nas escolas – modelo do Estado, poderiam ser nomeados professores preliminares com os mesmos privilégios daqueles diplomados pela Escola Normal³. Assim, a escola complementar passa a formar professores primários e a partir de 1896 constitui-se em ensino normal. Diante dos modelos de escolas existentes, se verifica a importância que os republicanos davam aos professores normalistas, não só na direção das escolas mas também na participação ativa das discussões sobre o ensino público.

Segundo Casemiro Reis Filho, a educação era vista pelos republicanos como fator de transformação social, assim, a legislação da Instrução Pública, a partir de 1892 até 1897, estabeleceu novas condições de trabalho para o professorado paulista, bem com garantias aos professores normalistas através do Regulamento de 27 de novembro de 1893 como: provimento das cadeiras em escolas preliminares, preferência para as nomeações, direito à remoção e permuta de cadeiras, a contratação de um professor adjunto para auxiliar os professores em escolas com mais de trinta alunos, gratificações por tempo de serviço e aposentadoria integral ao completar 30 anos de serviço e proporcional ao tempo de serviço, distribuído por trinta anos, se contasse com mais de doze anos de efetivo exercício, preenchidos antes da promulgação da Constituição do Estado em 14 de julho de 1891 (REIS FILHO, 1981, p.124).

³ Cf. Lei 374, de 3 de setembro de 1895, Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo, 1895, tomo V, Imprensa Oficial.

1.2 AS REFORMAS DO ENSINO

No Brasil vários projetos de reformas educacionais foram lançados, a fim de estabelecer medidas para a organização do ensino em vários níveis, entre elas:

- Reforma Benjamin Constant (1890) que dá regulamentação a instrução primária e secundária do Distrito Federal pelo Decreto nº.981 de 8 de novembro de 1890, ao Ginásio Nacional pelo Decreto nº.1.075 de 22 de novembro de 1890 e trata da criação e aprovação do Regulamento do Conselho de Instrução Superior pelo Decreto nº.1232-G, de 2 de janeiro de 1981. Com fortes influências positivistas, defendidas por Rui Barbosa, na defesa dos princípios de liberdade e laicidade do ensino, além de gratuidade da escola primária (1º grau: crianças de 7 a 13 anos e 2º. Grau de 13 a 15 anos), secundária (duração de 7 anos) e superior. A idéia era de que os diversos níveis de ensino fossem formadores e não apenas preparadores de alunos para o ensino superior, assim criou-se o “exame de madureza” para identificar a capacidade intelectual do aluno ao término do ensino secundário; outro aspecto importante foi o acréscimo de matérias científicas às tradicionais, visando uma formação fundamentada na ciência, o que tornou o ensino enciclopédico.
- Reforma Eptácio Pessoa (1901), aprova o Código de Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário (Decreto nº.3.890, de 01 de janeiro de 1901) e o Regulamento para o Ginásio Nacional (Decreto nº. 3.914, de 26 de janeiro de 1901), basicamente encontramos aí a exclusão das disciplinas de Sociologia, Moral e Biologia e a inclusão da Lógica.

- Reforma Rivadávia Corrêa(1911), aprovação da Lei Orgânica do Ensino Superior e do Ensino Fundamental na República (Decreto nº.8.659,de 05 de abril de 1911) e o Regulamento do Colégio Pedro II (Decreto nº.8.660,de 05 de abril de 1911), refere-se a criação dos Institutos defendendo a desoficialização do ensino, abolia a expedição de diplomas que são substituídos por certificados de assistência e aproveitamento e deixa a cargo das Faculdades o exame de admissão. Essa reforma, tornou-se um verdadeiro retrocesso no processo educacional, pois os estabelecimentos de ensino perdem a liberdade e a autonomia.
- Reforma Carlos Maximiliano(1915), reoficializa o ensino, reforma o ensino secundário e regulamenta o ensino superior pelo Decreto nº. 11.530, de 18 de março de 1915.
- Reforma João Luis Alves(1925), também conhecida como Lei Rocha Vaz ou Luís Alves Rocha Vaz, organiza o Departamento Nacional de Ensino e reforma o ensino secundário e superior, trazendo a responsabilidade da difusão do ensino primário para a União, extinguindo ainda os exames preparatórios.

As reformas implantadas a fim de organizar o ensino, revelam a dependência cultural de modelos importados que, na Europa já estavam ultrapassados, traduzindo-se como total falta de criatividade e de um idealismo estreito, trazendo uma instrução teórica inadequada à realidade brasileira, não visando a transformação da realidade em benefício dos interesses da população em geral e sim atendendo os interesses de pequena parte dela e de grupos estrangeiros (RIBEIRO,1993,p.80) .

Não há preocupações com relação às pesquisas educacionais como parte integrante dos currículos.

Não há ainda no país uma mentalidade de pesquisa, senão por iniciativas individuais e esparsas traduzidas na criação do Instituto Agrônomo de Campinas e da Escola de Manguinhos, tendo esta iniciado seu funcionamento como uma instituição de ensino. Do mesmo modo, não se coloca uma preocupação explícita com a formação de quadros para o magistério, adiando para a década de vinte o início da renovação, que culmina com o movimento dos Pioneiros da Educação Nova e a publicação de seu manifesto, em 1932 (VIEIRA,2003,p.81).

Com alto índice de analfabetismo imperando no país, formou-se um grupo de profissionais da educação: reunindo médicos, cientistas, educadores, engenheiros; enfim, talentos das mais diversas áreas, que tinham como ponto de convergência a certeza de que só pela educação seria possível alcançar um mundo melhor, uma sociedade mais justa e mais humana. Influenciados pelas idéias da Escola Nova, têm papel importante na criação da Associação Brasileira de Educadores (ABE), cujo objetivo era a defesa da educação pública.

Fundada pelo engenheiro Heitor Lyra em 16 de outubro de 1924, a ABE realizava anualmente Conferências Nacionais de Educação, o que não impedia que forças contrárias às idéias renovadoras se reunissem nesses eventos, como os liberais e os católicos, sendo que os católicos eram contra a interferência do Estado na educação, vista como um perigo de monopólio.

Com a criação da ABE, os educadores ganham um espaço para discussões pedagógicas no sentido de organizarem melhor esse campo, pois, tendo em vista o desenvolvimento urbano comercial da época, a preocupação com o analfabetismo passa a ser denominador central das discussões.

Com a sociedade brasileira se desenvolvendo em base urbano-comercial desde a Segunda metade do século XIX, o analfabetismo passa a se constituir um problema, porque as técnicas de leitura e escrita vão se tornando instrumentos necessários à integração em tal contexto social (RIBEIRO,1993, p.82).

Os Estados se organizam para que as reformas de fato aconteçam, entre eles: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco, onde a influência do pensamento escolanovista propicia ações concretas. Anísio Teixeira (Bahia,1925), Lourenço Filho (Ceará,1923), Fernando Azevedo (Distrito Federal 1928), Carneiro Leão (Pernambuco,1928), Mário Cassassanta e Francisco Campos (Minas Gerais,1927), são destaques como precursores da Escola Nova, onde suas idéias incidiram sobre a escola primária e a formação de professores (Curso Normal).

Quanto a Escola Normal, na década de vinte, o movimento escolanovista colocava em evidência as ciências que deveriam fundamentar a Pedagogia, buscando equacionar os problemas educacionais, como: elaboração de métodos, técnicas didáticas, processo ensino-aprendizagem e programas escolares, revendo criticamente os padrões de escolas normais existentes.

Já não eram apenas ou predominantemente os políticos que denunciavam a insuficiência do atendimento escolar elementar e os conseqüentes altos índices de analfabetismo. O problema passava a ser tratado, agora, por educadores de profissão (RIBEIRO,1993,p.98).

Com a instauração do regime republicano a educação pública no ensino primário e normal tornou-se um marco histórico importante quanto a organização e a expansão do ensino, sendo o normal alvo de preocupações dos reformistas, pois muitos deles conheciam os problemas educacionais enfrentados pelo Brasil, além de alguns terem exercido cargos dentro do magistério paulista.

A luta contra o analfabetismo torna-se ponto principal das discussões e estender a escola primária a todos os cidadãos, era visto como um instrumento de defesa da nacionalidade e de integração de todos os brasileiros e imigrantes na vida nacional.

A grande preocupação dos republicanos paulistas era transformar a massa informe da população, composta por ex-escravos, imigrantes, trabalhadores em geral, num povo organizado de cidadãos. Naturalmente, a Escola Normal, como quartel-general da política educacional do Estado, tinha nesse ideal sua proposta mais importante (BUFFA,1996, p.102).

Nos últimos anos do século XIX, São Paulo entra em grande expansão econômica, a cultura e comércio cafeeiro o colocam em primeiro lugar entre os Estados quanto à exportação, a construção de estradas de ferro, início da industrialização com as primeiras fábricas de tecido e financiamento da imigração dos europeus, são avanços que marcaram a Primeira República (TANURI,1979,p.76).

Quanto ao setor educacional, este também tem seu ponto de relevância no ensino superior, instalando-se em 1892 o Instituto Bacteriológico, em 1893 a Escola Politécnica, em 1896 a Escola de Engenharia do Mackenzie College, 1899 o Instituto Butantã e a Escola Livre de Farmácia, em 1901 a Escola Superior de Agricultura de Piracicaba, em 1913 a Faculdade de Medicina e de 1894 a 1896 instalação dos primeiros ginásios do Estado na Capital e em Campinas.

Assim, com certa independência política, administrativa e financeira conseguidas pelas Províncias o desenvolvimento cultural e educacional colaboraram para o crescimento econômico de São Paulo.

Com a expansão da rede de ensino, cresceram as preocupações em relação a um sistema organizacional que se fazia necessário para todos os níveis, principalmente no ensino primário e normal.

O crescente desenvolvimento do Estado de São Paulo, aliado às idéias políticas e sociais republicanas do novo regime se voltam à democratização do ensino, que já eram

aspirações dos liberais nos anos de 1870 a 1880, quando demonstravam numa idéia mais ou menos vaga a necessidade de: se estender a educação a todas as camadas da população, de liberdade de ensino e que o Estado tomasse para si a responsabilidade do mesmo. Tais idéias viam na democratização do ensino condição para que a República triunfasse, fazendo do Brasil uma nação democrática e desenvolvida, tendo no governo a tradução da vontade do povo esclarecido, levando-os a se expressar nos pleitos eleitorais (TANURI,1979,p.78) .

Na intenção de aliar a qualidade com a quantidade, os primeiros legisladores da época imaginavam expandir escolas normais de alto nível por todo o Estado, mas devido às restrições financeiras da época estruturou-se apenas dois tipos de instituições para o atendimento do professorado: uma de alto nível como se previa – Escola Normal da Capital, e as escolas complementares que vinham funcionando como normais primárias para atender a demanda de preparo de pessoal em quantidade suficiente para suprir as necessidades do ensino primário em expansão. Mas, cientes de que não haveria possibilidade de expansão do ensino popular se não houvesse professores suficientes para tal, os reformadores procuraram alternativas que possibilitassem a ampliação do campo de ação das escolas normais.

Assim, a ampliação dos estudos científicos fizeram parte das transformações que nortearam a Escola Normal nos primeiros anos da República.

Diante da necessidade de formar um número maior de professores e a preocupação com a qualidade do ensino, a Escola Normal passa por várias mudanças.

2 OS PRIMÓRDIOS DO ENSINO NORMAL

A idéia de preparar professores para o ensino elementar foi preconizada no sec. XVII por Comenius, mas não teve repercussões que pudessem levar adiante essa nova visão de instrução.

Com o objetivo de se promover uma formação específica para professores primários, surgem a partir do sec. XIX, na Alemanha, em 1806, com o movimento Pestalozziano, visto a necessidade de reorganizar a educação em bases nacionais. O ensino foi visto como a salvação do povo alemão diante da reconstrução nacional, assim a formação de professores se institucionalizou de fato⁴.

Segundo Casemiro Reis Filho, a primeira instituição escolar com o nome de Escola Normal, foi criada pela Convenção em 1794, em Paris, por proposta de Lakanal, e foi instalada no ano seguinte. Durante o sec XIX várias Escolas Normais difundiram-se em outros países como: Inglaterra (1835); Brasil (1835) e Estados Unidos (1838).

Com o Ato Adicional de 12/8/1834, que conferiu às Assembléias Legislativas Provinciais, o direito de legislar sobre a instrução pública, surgem as primeiras escolas normais no Brasil, por iniciativa das Províncias: em 1835 no Rio de Janeiro; 1840 em Minas Gerais; 1836 na Bahia (instalada somente em 1841); e em 1846 no Estado de São Paulo (TANURI,1979, p.14).

A organização do ensino na época se delineava da seguinte forma: o Governo Central ocupava-se com o ensino de todos os graus na Capital do Império e do superior em todo o país, a responsabilidade da instrução primária e secundária ficaria a cargo das Províncias, isentando o governo da responsabilidade com a educação popular, primária e

⁴ Cf. I.L. Kandel, Educação Comparada, trad. De Nair Fortes AbuMerhy, Compahia Editora Nacional, 2ª parte,p.1.

normal, apesar de inúmeros projetos apresentados requerendo a participação do Centro na criação ou manutenção desses estabelecimentos, assim as escolas normais e os estabelecimentos de ensino primário, enfrentavam grandes dificuldades financeiras durante o Império, pois os cofres provinciais não possuíam recursos suficientes para a manutenção das mesmas.

Nestas condições, as escolas normais, bem como os demais estabelecimentos de nível primário, arrastaram-se durante todo o período imperial sujeitos à penúria financeira dos cofres provinciais e ao sabor das tentativas de organização realizadas pelas administrações que se sucediam numa instabilidade prejudicial a qualquer iniciativa lúcida ou bem intencionada (TANURI,1979, p.15).

As Escolas Normais na época imperial encontraram sérios obstáculos, como a já citada falta de recursos financeiros provinciais, total descentralização de toda infraestrutura educacional, a descontinuidade administrativa e a insuficiência de desenvolvimento educacional, como nos mostra a precária formação pedagógica existente em seu currículo composto das seguintes matérias: Lógica; Gramática Geral da Língua Nacional; Teoria e Prática da Aritmética até proporções; Noções Gerais de Geometria Prática e suas aplicações usuais; Caligrafia; Princípios da Religião do Estado; os diversos Métodos e Processos de Ensino, suas aplicações e vantagens comparativas⁵.

O curso normal baseava-se na organização das escolas normais francesas, com duração de 2 anos e tendo como exigência para o ingresso idade superior a 16 anos e comprovada capacidade de leitura e escrita.

A primeira Escola Normal do Estado de São Paulo, foi instalada na cidade de São Paulo, criada pela Lei nº. 34 de 16 de março de 1846 e instalada em novembro do mesmo ano, numa única sala edificada ao lado da Catedral da Sé. Além de contar com uma

⁵ Cf. Lei nº 34, de 16/03/1846, art.31.

infra-estrutura precária era totalmente teórica, com aulas diárias de apenas uma hora, um plano de ensino extremamente simples com as seguintes disciplinas: Lógica, Gramática, Língua Nacional, Aritmética, Geometria Prática, Caligrafia, Doutrina Cristã e Métodos e Processos de Ensino, um professor para todas as matérias e destinava-se aos alunos apenas do sexo masculino que sabiam ler e escrever, caracterizando-a como de baixíssimo nível e sem expressão o que acarretou sérias críticas, tanto do Inspetor Geral da Instrução Pública como dos Presidentes da Província, denominando-a de inútil (REIS FILHO, 1981, p.128).

Questionava-se também a falta de uma escola primária adjunta que possibilitasse exercícios práticos aos alunos e a comprovada vocação para a carreira do magistério, levando o Inspetor Geral a sugerir que as matérias fossem divididas entre dois professores, mas esses pedidos não foram atendidos, sob a alegação da insuficiência de verbas que poderiam onerar os cofres públicos.

Mesmo em condições precárias aliadas a falta de interesse da população pela carreira, pois o salário era baixíssimo, a Escola Normal de São Paulo funcionou de 1847 a 1867 quando foi extinta, após 20 anos de existência.

A Escola Normal de São Paulo representou um modelo idealizado pelos primeiros reformadores, tornando-se referência às demais escolas do Estado.

A Escola Normal em São Paulo (Capital), no período monárquico – restrita a um único estabelecimento oficial caracterizou-se por um desenvolvimento lento e insuficiente, marcado por ensaios e erros, por avanços e recuos, só conseguindo subsistir quando da terceira tentativa de sua criação depois de ser extinta por duas vezes. Organizada a princípio como uma modesta escola primária, não chegou, no referido período, a ultrapassar o nível dos estudos primários superiores, nem se afirmar como instituição responsável pelo preparo do pessoal docente para o ensino elementar (TANURI, 1979, p.219).

Segundo Casemiro Reis Filho, a qualidade do ensino da Escola Normal foi considerada como muito ruim pelo Inspetor Geral da Instrução Pública, Diogo Mendonça, conforme suas afirmações em relatórios presidenciais enviados à Assembléia Provincial em

1852. Relatou que a Escola Normal era instituição sem utilidade: 21 alunos matriculados e 7 freqüentes, desde sua instalação somente 14 alunos foram habilitados (REIS FILHO, 1981, p.129).

No ano de 1855, condenava a Escola Normal por não atender a sua finalidade, considerando o ensino de baixo nível, somente enfocando a análise gramatical, algumas operações de aritmética e explicações de religião, o que a tornava superficial.

Os relatórios presidenciais à Assembléia Provincial acompanhavam as opiniões de Diogo Mendonça. Em 1866, o Presidente da Província, João da Silva Carrão considerava a Escola Normal inútil. No ano seguinte a escola foi fechada. Em seus vinte anos de funcionamento, com um único professor, não conseguiu diplomar sequer quarenta alunos. Não há informação de quantos vieram a dedicar-se ao magistério primário (REIS FILHO, 1981, p.129).

Embora a Escola Normal de São Paulo fosse estritamente para alunos do sexo masculino, um ano após a sua criação, a Lei nº. 5, de 16/2/1847, determinava a instalação de uma escola normal feminina, no Seminário da Educandas de São Paulo, destinada às órfãs, assim solucionando dois problemas: forneceriam mão-de-obra feminina para as escolas primárias e dariam um destino às jovens em idade adulta, abrindo-se novas vagas no Seminário. Porém, essa lei nunca chegou a sair do papel e a escola normal feminina não chegou a se concretizar.

O pouco ou nenhum sucesso da Escola Normal masculina e a desatenção que lhe dispensavam os poderes provinciais não eram certamente circunstâncias favoráveis ao ensaio de nova instituição, destinada ao elemento feminino, de modo que em 1856 é suprimida a Escola Norma do Seminário da Educandas, cuja existência se limitara à letra da lei (TANURI, 1979, p.20).

Com a decadência das Escolas Normais durante o Império, mantêm-se em 1867, apenas quatro instituições: no Piauí, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro.

Pode-se, pois, dizer que nos primeiros cinquenta anos do Império, as poucas escolas normais do Brasil, pautadas nos moldes de medíocres escolas primárias, não foram além de ensaios rudimentares e mau sucedidos. Em 1867, Liberato Barroso, registrando a existência de apenas quatro instituições desse gênero no país- no Piauí, Pernambuco, Bahia e Rio- lamentava o fato de que, em

virtude de suas deficiências, “nenhum aproveitamento notável tinham elas produzido até então”, de forma que a escola normal era ainda “uma instituição quase completamente desconhecida” (TANURI, 1979, p. 22).

O Brasil na década de 1870 enfrenta uma fase de efervescência ideológica, cultural e política, com ênfase às questões religiosas, militares, abolição da escravidão que já se iniciara com a lei do ventre livre em 1871 e a criação do partido republicano em 1870, defendendo o fim da monarquia.

No âmbito educacional havia intensa agitação de novas idéias quanto a difusão das filosofias científicas e liberais, na busca de soluções dos problemas educacionais que passavam a assumir importante papel diante da crença de que um país é o que sua educação o faz ser, mentalidade generalizada e apoiada por homens de diferentes partidos e ideologias e vista como uma necessidade para o desenvolvimento econômico e social do país, tendo como discurso a obrigatoriedade do ensino elementar, a liberdade de ensino em todos os níveis e a cooperação dos Poderes Gerais quanto ao ensino primário e secundário nas Províncias.

Inicia-se então, o pensamento de popularização do ensino, que com certeza teve influência direta nas escolas normais, que passam a ser reclamadas com maior frequência, uma vez que estas também foram beneficiadas com o apoio financeiro do Estado, propiciando a expansão e o aprimoramento do ensino.

A confiança irrestrita que se depositou na educação, que, de resto, se traduziria muito menos em fatos concretos do que em efervescência de idéias e tentativas de reformas já triunfantes nos países europeus e nos Estados Unidos, levaria a uma intensificação dos apelos, no Governo e no Parlamento, em favor da cooperação do Poder Central na esfera do ensino secundário e popular, no qual se inseriam as escolas normais. Além do mais, tais apelos passaram a incluir especificamente esses estabelecimentos, o que quase não acontecera até então (TANURI, 1979, p.24).

Em apoio às escolas normais, em 1882, o Ministro do Império Rodolfo Dantas, solicita à Assembléia Legislativa o estabelecimento de terras públicas para a construção de escolas e a distribuição por todo o país de verbas oriundas do Governo.

A educação primária torna-se objeto de importância para o desenvolvimento do país, assim, as escolas normais ganham maior força, tanto para a criação quanto para a manutenção de suas instituições.

Em 1875, se instala a segunda Escola Normal de São Paulo, em uma sala anexa à Faculdade de Direito, destinada somente a alunos do sexo masculino, mas com um currículo mais elaborado do que a escola de 1846, ficando assim constituído: Primeira Cadeira – Línguas Nacional e Francesa, Caligrafia, Doutrina Cristã, Aritmética, inclusive sistema métrico, Metódica e Pedagogia, com exercícios práticos nas escolas da capital; Segunda Cadeira – Elementos de Cosmografia e Geografia, especialmente do Brasil e Noções de História Sagrada e Universal. O Regulamento expedido a 9/5/1874 determinou que as disciplinas da primeira cadeira constituíssem o 1º ano do curso e as da Segunda, o 2º ano (TANURI, 1979, p.29).

Portanto, apresentou as seguintes alterações: acréscimo de Língua Francesa; Cosmografia; Geografia; Noções de História Sagrada e Universal; Exercícios Práticos nas Escolas Públicas da Capital; exclusão da Lógica e mudança de nomenclatura da disciplina Métodos e Processos de Ensino para Metódica e Pedagogia. Contava com dois professores e 33 alunos matriculados no 1º. Ano⁶.

Além da mudança curricular, os diplomados pela escola normal teriam o privilégio do provimento vitalício, independente de concurso, usado como atrativo aos estudantes, uma vez que os baixos salários dos professores não incentivavam o ingresso dos alunos.

No ano seguinte, em 1876, abrem-se vagas para a seção feminina nas dependências do Seminário da Glória⁷, buscava-se então, um novo perfil para a escola normal que passa a ser vista como uma instituição responsável pela formação do professor primário.

A Lei nº. 55, de 30/3/1876 e o Regulamento de 5/1/1877, trazem a divisão das disciplinas em quatro cadeiras, portanto, quatro professores:

1º. Ano - 1ª. Cadeira: Língua Nacional e Aritmética; 2ª. Cadeira: Francês, Metódica e Pedagogia Teórica e Prática; 2º. Ano – 3ª. Cadeira: Cosmografia e Geografia; 4ª. Cadeira: História Sagrada e Universal, História Pátria e Noções Gerais de Lógica.

Anexas à Escola Normal se destinaram mais duas cadeiras de primeiras letras, uma para cada sexo, afim de que os alunos da escola normal pudessem colocar em prática os conhecimentos adquiridos, como forma de estágio para a qualificação do docente.

Embora a escola normal estivesse se reestruturando e se afirmando como uma instituição em busca do aprimoramento do professor para o exercício do magistério, em 1878, mudanças políticas ocorridas com a queda do partido conservador, que havia criado essa escola e a entrada, para a Presidência da Província, do liberal João Batista Pereira determinaram o seu fechamento sob alegações diversas como: situação precária da escola quanto ao corpo docente, pois esses eram professores interinos que não haviam passado por concurso conforme estava previsto em lei; ausência prolongada de professores às aulas; condições materiais inadequadas e a principal dela, a falta de recursos financeiros para a sua manutenção.

⁶ Cf. o art. 8º, § 5º da Lei nº 9, de 22/3/1874.

⁷ Seminário da Glória – educandário destinado às órfãs, visto pelo poder público como solução para dar encaminhamento a elas através do ingresso no magistério primário, quando chegassem a idade adulta, abrindo novas vagas para admissão de novas educandas (REIS FILHO, 1981, p.130).

Apesar do evidente crescimento da Escola Normal, a falta de verba para mantê-la levou ao seu fechamento em 30 de junho de 1878. Durante seus 3 anos de funcionamento formou 44 professores, sendo 27 homens e 17 mulheres (REIS FILHO, 1981, p.130).

O fechamento da Segunda Escola Normal da Capital, não passou despercebido pela população, como ocorrera com a primeira: tornou-se assunto discutido largamente quanto à real necessidade de oferecer uma formação específica aos professores que iriam lecionar no ensino primário, uma vez que se evidenciava a expansão deste no país.

O fechamento da Escola Normal não passou, entretanto, despercebido, como acontecera com a sua antecessora, que havia sido suprimida por uma lei votada pela Assembléia Legislativa Provincial e não por um ato do Executivo. Calou-se a imprensa liberal, mas a conservadora comentou largamente o fato, procurando evidenciar que causas outras, não apenas as legadas pelo Presidente, haviam concorrido para o fechamento; possivelmente o desejo de acusar a Assembléia conservadora que havia votado a lei do orçamento ou de eliminar uma instituição criada pelos conservadores. Os “editoriais” do Correio Paulistano- folha conservadora- criticam o Presidente “de manifestar um fingido escrúpulo pela falta de verba no orçamento, ele que não trepidou em violar a lei em outros assuntos e decretar despesas ilegais para outros serviços”. “Desde que o Sr. Batista Pereira não estava resolvido a respeitar a proibição quase absoluta da lei de treze de março, por que razão alegar como fundamento daquele seu ato contra a Escola Normal a falta de verba? O que o desenvolvimento presidente teve em mira foi responsabilizar a Assembléia Provincial pelo seu despropósito” (TANURI, 1979, p.32).

Na verdade, o que mais se refletia eram as divergências partidárias entre liberais e conservadores, tanto que, em 2/08/1880, pela Lei nº. 130, a Escola Normal volta a funcionar e desta vez permanentemente, vindo a se transformar na famosa "Escola Normal da Praça da República" e mais tarde como “Instituto de Educação Caetano de Campos”.

Nessa época possuía 5 professores e 1 diretor, 44 alunos matriculados no 1º.ano e 17 no 2º. Ano (ex-alunos da Escola Normal fechada em 1878). Instalada inicialmente na rua do Tesouro, onde permaneceu até 1881, depois na rua Boa Morte nº.39 e no dia 2 de agosto de 1894 foi inaugurado o suntuoso edifício da Escola Normal, na Praça da República (REIS FILHO, 1981, p.131).

A lei que reabriu a escola normal foi de responsabilidade de Laurindo Alberto de Brito, advogado, ex-aluno da escola normal e Presidente da Província.

Com a reabertura da escola normal vieram outras mudanças no sentido de aprimorar o ensino: o curso foi ampliado para 3 anos e as matérias divididas em 5 cadeiras: 1º. Ano- 1ª.Cadeira: Gramática e Língua Portuguesa, Estudos Práticos de Estilo e Declamação; 2ª. Cadeira: Aritmética e Geometria; 3ª. Cadeira: Geografia Geral e História do Brasil, especialmente da Província e História Sagrada; 2º. e 3º. Ano- 4ª. Cadeira: Pedagogia e Metodologia, exercícios de intuição e Doutrina Cristã; 5ª. Cadeira: Francês e Noções de Física e Química.

Além de mudanças na grade curricular em relação a lei nº 9 , de 1874 que regia a antiga escola normal, foram instituídas duas escolas primárias anexas à Escola Normal, para o exercício da Prática de Ensino, sendo uma para cada sexo, e também utilizadas por candidatos à Escola Normal, afim de prepará-los para o ingresso, assim foram divididas em duas seções: classes primárias para alunos menores de 10 anos e classes preparatórias para os maiores.

Segundo Tanuri, para ingressar na Escola Normal, algumas exigências se tornaram necessárias, com exceção apenas dos professores públicos com um ano de exercício no mínimo, os demais deveriam apresentar aprovação em cursos secundários oficiais ou nas matérias do curso preparatório anexo: Instrução Moral e Religiosa; Leitura e Caligrafia; Contabilidade; Sistema Legal de Pesos e Medidas; Desenho Linear; Elementos de Cosmografia e Geografia e Prendas Domésticas para os alunos do sexo feminino.

Observou-se então, que essas disciplinas não faziam parte dos currículos das escolas primárias e a partir daí começam novos questionamentos a respeito da capacitação dos professores, que não se restringia ao conteúdo ensinado nas escolas primárias.

Saia a Escola Normal, como se deduz dessas exigências para ingresso, bem como do enriquecimento do seu programa de estudos, dos estreitos limites da instrução primária em que nascera, para atingir o nível pós-primário ou primário superior. Começava a desmoronar a idéia limitada a cerca do nível de capacitação que o professor deveria ter, ou seja, a idéia de que o seu conhecimento deveria restringir-se ao conteúdo a ser ensinado na escola primária (TANURI, 1979, p.36).

Embora a Escola Normal de São Paulo tenha organizado a sua didática e colocado novas exigências para o ingresso de professores, ela não se equiparava a Escola Normal oficial do município da Corte, em termos de conteúdo curricular, mas adotou um sistema de co-educação, ainda inédito na Província de São Paulo em escola pública de nível posterior ao primário, e frequência livre onde qualquer pessoa podia obter a carta de professor, que lhe atribuía o direito de lecionar, desde que prestados os exames “extraordinários” de todas as matérias da escola normal.

A formação pedagógica estava restrita às disciplinas de “Pedagogia e Metodologia” no último ano do curso, o que deixa a desejar sobre o caráter profissionalizante que se pretendia estabelecer; porém o conteúdo de formação geral era considerado de alto nível, visto o baixo nível de conhecimento que os alunos possuíam ao ingressarem na Escola Normal.

Quanto à formação pedagógica, vale lembrar que a bibliografia existente na época era bastante restrita, quase inexistente, o que dificultava o desenvolvimento educacional no Brasil. O Compêndio Prático de Pedagogia, de Daligault e o Compêndio de Pedagogia, de Carlos Augusto Soares Brasil eram as únicas obras literárias que continham fundamentos pedagógicos com ênfase à formação do professor⁸.

⁸ A primeira tradução de um manual de Pedagogia, surge em 1865- Compêndio Prático de Pedagogia, de Daligault traduzido por Joaquim Pires Machado Portela e a primeira obra nacional- Compêndio de Pedagogia, de Carlos Augusto Soares Brasil foi editada em 1878 (TANURI, 1979, p.40).

Em 1882, publicam-se alguns trabalhos sobre organização universitária, ensino secundário, administração e política escolar; em 1884 o livro Lições de Coisas, de Saffray e em 1886, Rui Barbosa traduziu – As Primeiras Lições de Coisas, de Calkins, trazendo para o Brasil as idéias de Pestalozzi, Froebel e Herbart, que defendiam o ensino pelo aspecto, pela realidade, pela intuição, pela reflexão dos sentidos e pelo cultivo da observação.

Em 1887 o professor da Escola Normal de São Paulo, Camilo Passalacqua, edita a obra Pedagogia e Metodologia e em 1888 Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho edita o Tratado de Metodologia Coordenada.

A dificuldade de se conseguir material didático específico ao curso normal reflete a pobreza que caracterizava as matérias pedagógicas das escolas normais.

A Escola Normal de São Paulo, embora com as suas dificuldades, conseguiu ser reconhecida como um importante centro de cultura da época, atraindo o interesse da população.

Ao analisarmos o quadro a seguir, podemos verificar o número de matrículas realizadas em dez anos de funcionamento, desde a sua reabertura até o final do Império, onde é significativo o aumento do interesse feminino pela profissão, marcando o início da participação feminina na educação brasileira.

Quadro I - Matrículas na Escola Normal, de 1880 a 1889.

Anos	Alunos matriculados			Diplomados		
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
1880	25	36	61	-	-	-
1881	39	26	65	6	1	7
1882	45	23	68	11	9	20
1883	58	35	93	12	6	18
1884	82	59	141	14	4	18
1885	137	95	232	22	15	37
1886	150	141	291	13	13	26
1887	134	123	257	38	14	52
1888	135	204	339	32	32	64
1889	140	153	293	51	64	115

Fonte: TANURI, Leonor Maria. *O Ensino Normal no Estado de São Paulo 1890 – 1930*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1979, vol.16, p.41.

Nos anos finais do Império, o papel da mulher como professora de educação da infância, começa a surgir entre os pensadores e políticos da época, por ser uma extensão do seu papel de mãe e educadora que ela já exercia no lar, por ser uma profissão compatível com as obrigações domésticas e também para suprir a falta de professores nas escolas primárias, uma vez que não havia grande interesse por parte dos homens em assumir tais cargos devido a baixa remuneração oferecida.

Assim, a partir de 1888 a participação feminina na educação aumentou gradativamente tornando-se mais tarde quase que a totalidade dos formandos, não só em São Paulo, mas em todas as escolas normais do país.

Na ausência total de estabelecimentos oficiais de nível superior ao primário, destinados ao elemento do sexo feminino e não sendo, via de regra, os cursos superiores, objeto de sua procura, a Escola Normal era a única instituição pública que se lhes acenava, uma vez completada a instrução primária. Se até 1888 o número de professoras formandas era geralmente inferior ao de professores, a partir daí ele não mais vai ser superado, crescendo gradativamente até atingir a quase totalidade dos formandos. Aliás esse fenômeno não era exclusivo da Província de São Paulo, sendo praticamente uma constante em todo o país (TANURI, 1979, p.42).

A Escola Normal da Capital, instalada em 1894 no suntuoso edifício, construído especialmente para ela, sob a direção do Dr. Ramos de Azevedo, na Praça da República, contendo mais de quarenta salas, sendo algumas utilizadas para o Curso Normal e para a Escola-Modelo e outras para o funcionamento de uma Biblioteca, um Laboratório de Química, um Gabinete de Física e um Museu de História Natural, equipados com material importado dos Estados Unidos e da Europa, conferindo-lhe o mais alto padrão existente na época, como se fosse um instituto de estudos superior para a formação de professores.

Em dois de agosto de 1894, às treze horas, com a presença das mais altas autoridades do Estado de São Paulo, foi inaugurado o edifício da Escola Normal, na Praça da República. Tratava-se de uma das mais imponentes construções, talvez a mais importante daquele tempo. Era o resultado final do que se iniciara no governo de Prudente de Moraes, com o Decreto número 91, de treze de outubro de 1890, que mandara empregar na construção de um edifício para a Escola Normal, o produto da loteria destinado à construir no mesmo local uma Igreja Catedral. A pedra fundamental fora lançada a dezessete de outubro de 1890, dias antes de Prudente de Moraes deixar o governo do Estado, para assumir sua cadeira no Congresso Constituinte Nacional (REIS FILHO, 1981, p.141).

No Estado de São Paulo, o ensino elementar e a formação de professores competentes eram pontos de preocupação do governo republicano, que assumiu a responsabilidade de reformar o ensino para atender um número maior de pessoas, porém, a falta de recursos financeiros impede uma uniformidade na criação de novas escolas, inserindo-as no interior do Estado, num processo lento e tendo a da Capital como modelo. Inicia-se então, a grande discussão quanto a qualidade e a quantidade que o Estado poderia oferecer.

Os primeiros legisladores da República pretenderam conciliar os dois aspectos, qualitativo e quantitativo, mas a escassez de recursos levou à criação de escolas de níveis diferentes; a escola da Capital transformou-se numa escola modelo e as demais – na sua maioria no interior – foram lentamente criadas respondendo às exigências de preparação de um número de professores que atendessem à demanda dos alunos da escola elementar (CAMPOS, 1987, p.6).

Em 1897, criaram-se as escolas de Itapetininga, Piracicaba e a do bairro da Luz (São Paulo). Em 1903, a escola da Luz transfere-se para Guaratinguetá e cria-se a de Campinas,

contando então , cinco escolas ao todo no Estado.

A Escola Normal da Capital, era tida como superior às demais, mas de limitada contribuição para o magistério diante das dificuldades enfrentadas como o número reduzido de professores, pois parte deles assumiam cargos administrativos em outras unidades de ensino. A Escola Normal era vista na época pelas classes médias emergentes como um meio de ascensão social.

2.1 A REFORMA REPUBLICANA PAULISTA

Em 1889, Rangel Pestana deixou o Governo Provisório e reassumiu como redator chefe do Estado de São Paulo, onde escreveu inúmeros artigos salientando a necessidade de uma reforma geral na instrução pública e evidenciou a importância da Escola Normal dentro desse processo.

Por possuir uma larga experiência como docente em diversas escolas de São Paulo e por ter participado dos estudos de projetos sobre reformas de ensino quando foi deputado na província, foi escolhido pelo Presidente Prudente de Moraes para idealizar a reforma da instrução pública no Estado.

Além de traçar um projeto inspirado em suas idéias anteriores que haviam sido vetadas pela Assembléia Legislativa em 28/04/1886, ele fez a indicação de Antônio Caetano de Campos, seu ex-colega no Colégio Pestana, para o cargo de diretor da Escola Normal, por ser um entusiasta da causa da formação do magistério.

Rangel Pestana foi o responsável pela primeira reforma republicana do ensino normal no Estado de São Paulo e Caetano de Campos foi o homem escolhido para colocar suas idéias em prática que vigoraria somente até 1892, quando o ensino paulista passou por reorganização geral, na caracterização das diretrizes da escola primária e normal que

nortearam a Primeira República. A autoria da reforma é reconhecida pelo próprio Caetano de Campos numa carta escrita em 20 de março de 1890 ao seu amigo Rangel Pestana, onde tem a satisfação de relatar que o projeto estaria sendo seguido na íntegra.

Tendo perdido a esperança de vê-lo por aqui nestes dias, resolvi escrever-lhe para satisfazer ao grande desejo que tenho de conversar com o amigo sobre a reforma da Normal. Como terá visto pela publicação do decreto, saíu ele, pôde dizer-se, como você o concebeu. A redacção mesma da maior parte dos artigos é sua. Não haveria mal em tê-la alterado, e eu o teria feito em muitos pontos, se estivessemos juntos. Na sua ausência, porém, quis o mais possível mostrar-lhe quanto acato sua opinião (RODRIGUES, 1930, p.191).

Uma das preocupações centrais de Caetano de Campos era quanto a prática de ensino que os alunos deveriam realizar na escola-modelo, pois ali se aplicaria toda a teoria implantada, que seria de maior valia para os alunos do que o aumento de cadeiras no curso superior. A escola-modelo passa a ser vista como piloto do que deveria ser o ensino primário no Estado, seriam regidas por “professores-diretores” que orientariam os alunos do 3º.ano da Escola normal na prática do exercício do magistério.

Foram contratadas as professoras Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, para a escola feminina e Márcia P. Browne, para a escola masculina, ambas formadas nos Estados Unidos, sendo indicadas por Horácio Lane, diretor da Escola Americana. Essas professoras foram responsáveis por introduzir as idéias de Pestalozzi quanto aos processos intuitivos do ensino, adaptando-as ao desenvolvimento natural do aluno, observando-se a idade, a capacidade intelectual entre outras condições psicológicas que levassem à reflexão (TANURI, 1979, p.85).

Apesar das reformas elaboradas, elas foram implementadas apenas na escola-modelo de 1º. Grau, mas Caetano de Campos insistia que elas deveriam se estender às de 2º. E 3º. Graus, afim de levar a experimentação como princípio norteador para a reforma do ensino em todo o Estado, onde os professores primeiro passariam por “laboratórios pedagógicos”.

Podemos evidenciar isso na memória apresentada em 1891 ao Governador Dr. Jorge Tibiriçá, por Caetano de Campos.

A realização das escolas-modelo de 2º. E de 3º. Grau, creadas pelo referido decreto, é o que hoje reclamo, e com a mesma liberdade de experimentar. É dahi que deve resaltar o verdadeiro typo do ensino secundario. Será nessas escolas que se deve verificar o que é exequível nas escolas do interior; o que póde ser obtido em primeiro lugar na conducção da materia a ensinar; o que é possível supprimir e o que convém inventar conforme a região, o material escolar, a aptidão da raça ou do individuo; finalmente é nesse laboratorio que o professor formará a habilitação com que mais tarde adaptará livremente o ensino ás necessidades da occasião (RODRIGUES,1930, p.265).

Caetano de Campos morreu em setembro de 1891, quando iniciava sua atuação no ensino público, assim suas idéias não chegaram a se concretizar integralmente.

Gabriel Prestes, membro da Comissão de Instrução da Câmara dos Deputados e participante ativo das discussões sobre a reforma que se pretendia implantar em 1892, dizia que desde 1881 a Escola Normal tinha formado em média trinta professores por ano, o que não era suficiente para atender a demanda vigente, assim, era preciso modificar as condições atuais quanto aos professores e as escolas, afim de tornar a Escola Normal atraente para os alunos despertando boas vocações para o exercício do magistério. A discussão era sobre a organização geral e imediata de todo o ensino público do Estado que se fazia necessária (TANURI, 1979, p.90).

O deputado Artur Breves, apresentou um projeto de lei que após aprovação denominou-se Lei nº. 88, de 08/09/1892, estabelecendo mudanças organizacionais no ensino primário, secundário e Escola Normal, que fora colocada em prática no governo de Bernardino de Campos e executada por Cesário Mota, que comandava a pasta do interior.

Com a aplicação dessa lei o ensino primário foi dividido em dois cursos: preliminar e complementar; criou-se os ginásios como ensino secundário; previa-se a criação de um

curso superior anexo à Escola Normal da Capital, o qual deveria formar professores para a Escola Normal e ginásios, mas nada foi feito no sentido de instalação do mesmo.

Em 1893, após a revisão da Lei nº.88, foi publicada a Lei nº. 169, que determina a instalação de “grupos escolares” oriundos da reunião de escolas isoladas, sendo regulamentados através do Regimento Interno das Escolas Públicas, em 26/7/1894, apresentando ensino graduado em conformidade com o nível dos alunos.

Mas a necessidade premente de formação de professores não apenas com qualidade mas em quantidade para atender a demanda do ensino primário, leva a uma ampliação do currículo do ensino normal, mencionada na Lei de 1892, que se compõe com as seguintes disciplinas: Moral, Educação Cívica, Psicologia (incluída pela primeira vez como disciplina especial numa escola brasileira), Pedagogia e Direção de Escolas, Português, Francês, Inglês ou Alemão, História, Geografia, Matemáticas Elementares com Elementos de Mecânica, Astronomia Elementar, Generalidades sobre Anatomia e Fisiologia, Física, Química, História Natural, Agrimensura, Escrituração Mercantil, Economia Política, Economia Doméstica, Desenho, Caligrafia, Música, Exercícios Militares, Exercícios Ginásticos e Manuais, Geografia do Brasil, especialmente do Estado de São Paulo, História do Brasil, Trigonometria e Higiene. O ensino de Agrimensura, Economia Política e Exercícios Militares eram destinados aos alunos do sexo masculino e os de Economia doméstica apenas para as mulheres (TANURI,1979,p.92).

A Escola Normal continuava com o curso de três anos, embora com a divisão ocorrida nas escolas primárias, os alunos que fossem aprovados no 2º. Ano poderiam ser professores nas escolas preliminares e os que completassem o 3º. Ano estariam habilitados para lecionarem nas escolas complementares. Quanto ao progresso do Estado na instrução

pública, com as devidas limitações da época, as idéias prosperavam na busca de possíveis ações para serem executadas que solucionassem o problema premente.

A Escola Normal Superior, responsável pela formação de professores para as Normais, não chegou a ser instalada na época, mesmo porque questionava-se a sua real necessidade, uma vez que o curso normal poderia ser estendido para quatro anos, o que facilitaria a sua execução, mas a idéia persistia. Só em 1920, trinta anos depois, é que a idéia de um curso superior ressurgiria entre os legisladores que pensavam em uma Faculdade de Educação, mas só se concretizaria com a fundação da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (TANURI,1979, p.95).

Com a Lei nº. 169, de 7/8/1893, o curso normal passa por uma nova estruturação, elevando-se para quatro anos o seu período de duração, tendo em vista o grande número de disciplinas que sobrecarregavam as séries iniciais.

Com a elevação do nível de estudos de formação geral, ampliação de conteúdo e duração do curso a Escola Normal adquire respeitabilidade e reconhecimento público, porém, o alto padrão de ensino reduzia sensivelmente o número de professores diplomados.

O Estado por sua vez, ampliava o número de escolas públicas que em 1893 contava com: 1398 unidades, sendo que destas 647 estavam vagas e necessitavam de professores para o ensino primário. Certamente, os motivos econômicos e financeiros, além de escolas afastadas do interior e de difícil acesso, também influenciavam para a redução de interesses dos professores habilitados, recaindo sobre a Escola Normal a insuficiência em prover a formação rápida de professores para atender a demanda.

Criar mais escolas normais nos moldes da já existente, apesar de ser o objeto de desejo dos legisladores, não era viável economicamente na época, o que retomava as

discussões no sentido de buscar alternativas possíveis para solucionar o problema do momento.

A solução encontrada foi conceder às escolas complementares a formação de professores preliminares, ou seja, os alunos ao concluírem o curso complementar poderiam cursar um ano a mais de prática de ensino nas escolas-modelo do Estado, o que lhes permitiria a nomeação de professores preliminares, com as mesmas vantagens sobre os diplomados da Escola Normal.

Em 1895, além da escola-modelo anexa à Normal, foram criadas outras cinco: a Escola-Modelo “Caetano de Campos”, Escola-Modelo “do Carmo”, Escola-Modelo “Prudente de Moraes”, Escola-Modelo “Maria José” e Escola-Modelo de Itapetininga.

Criou-se assim, uma dualidade de cursos preparatórios para o magistério, a Escola Normal com toda a sua especificidade e as outras com padrão inferior, mas ambas dentro de um mesmo propósito: formação de docentes para o ensino primário.

Na verdade, a contribuição maior ao ensino foi com relação as escolas complementares, sendo transformadas em 1911 em escolas normais primárias; destas saíam os professores habilitados para as escolas públicas, uma vez que, a Escola Normal por ser considerada de categoria superior, parte de seus formandos assumiam cargos administrativos dentro do ensino ou partiam para o magistério em outros níveis.

A crônica deficiência quantitativa de professores para as escolas primárias encontrará solução com a implantação das escolas complementares nas cidades interioranas onde a clientela, constituída da classe média urbana, encontrava no magistério primário condições de trabalho. Mas essa solução encontrada reduziu o plano de ensino da formação de professor a um aprofundamento do plano de ensino das escolas elementares. Data de então a cultura geral superficial fornecida aos profissionais do magistério na Primeira República (REIS FILHO,1981, p.140).

As escolas complementares, agora com um caráter profissional como escolas normais primárias eram então pensadas como alternativa de expansão para o interior do Estado considerando-se aumentar o seu raio de ação, visto que, as já existentes se concentravam na região da Capital. Assim, em 1897 instalaram-se uma anexa à Escola-Modelo “Prudente de Moraes”, na capital, uma em Piracicaba e outra em Itapetininga, seguidas em 1903 por Campinas e Guaratinguetá, configurando-se em 1911 cinco escolas complementares e uma Normal.

Em 1902, os estágios de prática de docente foram reduzidos de um ano para seis meses e em 1910 um novo decreto determina que esses meses de estágio possam ser distribuídos ao longo do curso, o que trouxe um grande empobrecimento do ensino, visto que, apenas nesse período é que os alunos tinham conhecimento das disciplinas pedagógicas.

Em decorrência da Lei de 1895, a escola complementar com funções de escola normal, mas inferior à Escola Normal da capital, passa a receber alunos que possuíssem apenas o certificado de conclusão do curso preliminar, sem a necessidade de exame de admissão, ou ainda através de uma prova oral, tudo em prol do rápido treinamento prático, muitas vezes sem embasamento teórico, o que a deixou muito distante dos níveis idealizados para a formação de professores.

A Escola Normal de São Paulo contava agora com duas escolas-modelo: uma no antigo prédio da Rua do Carmo, dirigida pelo Professor Oscar Thompson e outra na nova sede da Praça da República dirigida por Miss Márcia Browne.

Em 1895 foi instalado, junto à Escola Normal, o Curso Complementar Modelo e em 1896 o Jardim de Infância, o que lhe concedeu um prestígio ainda maior, pois era a instituição mais completa em termos de instrução pública do Estado de São Paulo.

Dotada de todas essas modalidades de ensino, a Escola Normal caracterizava-se como instituição completa, paradigma a ser imitado pelas modalidades correspondentes do sistema, permanecendo o seu curso normal propriamente dito como o representante do padrão ideal que não fora possível expandir (TANURI,1979, p.112).

O ensino público, nas primeiras décadas da República, contou com o apoio irrestrito dos reformadores, buscando na expansão do ensino primário alternativas para viabilizar a certificação de professores através das escolas normais para que pudessem atender a demanda que se fazia presente.

A contribuição das escolas complementares foi de fundamental importância para suprir as necessidades de ampliação da rede pública do Estado, embora com um ensino inferior à Escola Normal, abriu para o mercado de trabalho, oportunidades para novos professores no desenvolvimento quantitativo das escolas primárias bem como, de certa forma, atendendo qualitativamente às exigências de ensino, considerando que estes substituiriam os professores leigos nos grupos escolares.

Destaque especial não podemos deixar de dar à participação feminina no quadro do magistério, ampliando também a sua escolarização após o término do primário.

O desenvolvimento do ensino complementar e normal realizado nos primórdios da República, ao mesmo tempo que se constituiu em importante componente da expansão e melhora qualitativa do ensino primário, desempenhou papel relevante no desenvolvimento da instrução feminina. Ampliando as oportunidades de escolarização da mulher, em nível pós-primário – antes restritas aos colégios pagos e destinados às camadas favorecidas – a escola normal e as complementares possibilitaram, indubitavelmente, o ingresso da mulher na população economicamente ativa e representaram o ponto de partida para o seu aprimoramento cultural e para a sua penetração nos outros ramos de ensino médio e no superior. Graças à sua predominância do conteúdo de cultura geral nas mencionadas instituições, elas puderam ultrapassar mais facilmente o âmbito de suas funções específicas (TANURI, 1979, p.117) .

Em 1910, tanto as escolas complementares como a Escola Normal, voltam a serem alvos de inúmeras críticas quanto ao nível de ensino produzido por elas, por se tratarem de

instituições que se baseavam muito mais num curso secundário e só apresentavam a disciplina de Pedagogia no 4º. Ano, além dos exercícios de prática de ensino.

Para Oscar Thompson, Diretor Geral da Instrução Pública na época, as nossas escolas responsáveis pela formação do magistério estavam muito aquém daquelas existentes nos Estados Unidos, Chile e Argentina, onde as disciplinas de Psicologia, Filosofia da Educação, História da Pedagogia e Pedologia, já integravam os currículos (TANURI, 1979, p.124).

Mais uma vez, podemos notar, que a busca por modelos importados na esfera educacional sempre foi motivo para comparações com o ensino aqui realizado. Pouco se pensou em adequações que permitissem um avanço metodológico brasileiro levando em consideração às nossas especificidades.

Embora houvesse uma preocupação com a metodologia do ensino no intuito de uma melhor qualificação para os professores, as alterações propostas apontavam sempre para um currículo mais substancial, com o aumento do número de horas para as aulas de prática de ensino, inclusão de Pedagogia e Metodologia nas escolas complementares e a ampliação da carga horária dessas disciplinas, bem como, a inserção da disciplina de Psicologia na grade curricular.

Entretanto, apesar dessas críticas e das simpatias pelo sistema americano, já então motivo de viagens de estudos de educadores paulistas, deve-se observar que as sugestões apresentadas careciam de conteúdo substancial e de formulação precisa, não indo muito além do que se realizava no momento. Limitavam-se, no mais das vezes, a reivindicar um aumento do número de horas dedicadas aos exercícios práticos de ensino e a inclusão de Pedagogia e principalmente Metodologia na escola complementar ou a ampliação desses estudos e o acréscimo de Psicologia na escola normal (TANURI, 1979, p.124).

Até 1910, quatro escolas complementares foram transformadas em normais primárias: a anexa à Escola Normal da Capital, a de Guaratinguetá, Campinas e Piracicaba; já a Escola Complementar de Itapetininga por determinação de uma lei, se extinguiu e em

seu lugar instala-se a escola normal, que legalmente já havia sido criada desde 1894, mas em seu lugar foi instalada uma escola – modelo preliminar em 1895.

Outras instituições desse tipo foram instaladas em Pirassununga, Botucatu, Casa Branca e no Brás (São Paulo) em 1913, esta trazendo como especificidade o atendimento exclusivo para mulheres, o que possibilitou um aumento expressivo da clientela feminina que se interessavam pelas escolas normais, visto que, elas estavam sempre em número reduzido nos exames de admissão, sendo a maioria dos candidatos homens e isso lhes dificultavam o ingresso nas normais.

Com o estabelecimento da Escola Normal de Itapetininga em 1910 e a criação da Escola Normal de São Carlos em 1911, estas passam a ser denominadas escolas normais secundárias, com o mesmo padrão da Escola Normal da Capital.

A ampliação da rede de escolas normais em cidades afastadas da capital forneceriam professores capazes para atender a demanda do ensino primário, porém, nota-se que as cidades escolhidas para receberem as instalações da escola normal, nem sempre eram as mais populosas do Estado. Isso se explica, tendo em vista que as reivindicações para abertura dessas escolas vinham através das Câmaras Municipais de várias cidades, quando estas perceberam o real interesse do governo em ampliar a rede de escolas normais, daí, a escolha das localidades não retratarem critérios pedagógicos e educacionais, mas obviamente de natureza político-eleitorais.

O Estado contava com duas instituições bem diferentes, embora trabalhando para um mesmo fim; as escolas complementares que foram transformadas em normais primárias⁹ e

⁹ As principais mudanças foram que as complementares possuíam um único professor para cada grau e agora como normais primárias houve uma distribuição das atividades docentes, contando com onze professores, seis catedráticos e cinco contratados, cada um responsável por uma disciplina; outra mudança foi a inclusão da matéria de Pedagogia como formação profissional, tendo estruturado o seu currículo da seguinte forma: Português; Francês; Aritmética, Álgebra e Geometria; Geografia Geral e do Brasil; História Geral e do Brasil;

as normais secundárias que eram mantidas com o mesmo padrão da Escola Normal da Capital e que ampliaram seus estudos pedagógicos, instituindo mais cadeiras de formação profissional como: duas de Psicologia Experimental, Pedagogia e Educação Cívica e uma de Métodos e Processos de Ensino, Crítica Pedagógica e Exercícios de Ensino¹⁰.

Cresce cada vez mais a preocupação com a formação pedagógica que o professor deveria receber nas escolas normais, principalmente no que diz respeito à disciplina de Psicologia, que começa a ter importância na medida que os trabalhos de Psicologia Experimental que vinham sendo realizados no Brasil vão sendo divulgados, assim, percebe-se que o estudo de Psicologia poderia proporcionar uma enorme contribuição para os futuros mestres, oferecendo-lhes conhecimento da natureza da criança.

Assim, as escolas normais secundárias eram dotadas de um currículo superior às outras, tendo um melhor estruturação pedagógica além de um ensino propedêutico de excelente qualidade, o que conferia privilégios aos futuros mestres, como possibilidade de continuação dos estudos no ensino superior e maior chance de ingresso em concursos onde a origem dos diplomas pesavam muito na hora da pontuação.

Ainda persistiam críticas quanto ao ensino oferecido pelas escolas normais, muitas delas relativas a pouca idade em que o aluno da escola primária ingressava na normal, geralmente em torno de 14 anos; insuficiente duração do curso devido ao baixo nível cultural dos alunos e despreparo técnico-pedagógico ministrados nessas instituições.

Muito embora, as críticas fossem maiores que as sugestões, algumas idéias começaram a surgir no intuito de preencher com um elo mais substancial a passagem do

Noções de Física e Química e História Natural com aplicações à Agricultura e à Zootecnia; Pedagogia e Educação Cívica; Música; Caligrafia e Desenho; Ginástica; Trabalhos Manuais e Economia Doméstica (para o sexo feminino), conforme Dec. Nº 2025, de 29/3/1911, art. 2º.

¹⁰ Cf. Dec. Nº 2025, de 29/3/1911, arts. 21 e 23 alínea a .

aluno da primária para a normal, originando-se a Lei nº. 1579, de 19/12/1917, que cria o curso complementar¹¹, uma espécie de primário superior, com duração de dois anos, anexo a uma das escolas normais do Estado, que tinha como objetivo completar o ensino primário e preparar o aluno para o ingresso nas escolas normais.

Para as escolas normais, esses cursos foram de extrema importância, pois por serem elaborados a fim de proporcionar uma cultura geral mais adensada, anterior ao ensino normal, foi visto como uma tentativa de separação dos estudos propedêuticos dos profissionais que ficariam melhor evidenciados nas escolas normais, retomando o seu cunho profissional tão almejado pelos reformadores.

É preciso analisar o importante significado que a introdução desse ciclo intermediário entre a escola primária e a normal representou para esta última. Em primeiro lugar, parecia-se compreender que a tão propalada “profissionalização das escolas normais” esbarrava em obstáculos que não poderiam ser de pronto removidos apenas através da ampliação de seu conteúdo pedagógico. O insuficiente preparo dos alunos ao ingressar nas referidas instituições exigia que o curso fosse dedicado quase que exclusivamente a proporcionar uma cultura geral, indispensável para o exercício do magistério primário. Alargar essa cultura, numa etapa anterior, era um pré-requisito para o adequado desenvolvimento do conteúdo técnico-pedagógico das escolas normais (TANURI, 1979, p.140).

Em 1913, as onze escolas normais do Estado de São Paulo, sendo a da Capital, Itapetininga e São Carlos consideradas secundárias e as do Brás (São Paulo), Campinas, Guaratinguetá, Pirassununga, Botucatu, Piracicaba, Casa Branca e a anexa à Escola Normal Secundária da Capital chamadas de primárias, duplicam o número de matrículas, aumentando significativamente o interesse dos alunos pelo curso, gerando um rápido crescimento do número de professores diplomados que se contrapõe com as reais

¹¹ Cf. Lei nº 1579, de 19/12/1917, o curso complementar abrangia as seguintes disciplinas: Português, Francês, Aritmética e Álgebra, Geografia do Brasil, História do Brasil e Educação Cívica, Leitura comentada das constituições federal e estadual, Noções de Anatomia e Fisiologia, Desenho e Caligrafia, Música e Canto, Trabalhos Manuais e Educação Física (escotismo e ginástica). (art. 8º).

necessidades do ensino primário na época, ocasionando dificuldades em conseguir colocação no magistério primário.

Essa disparidade se deu em face das limitações quantitativas do sistema existente, o que gerou uma saturação nesse mercado de trabalho, ocasionado pela suposta superabundância de professores, que embora tivessem recorrido às instituições particulares, estas não eram suficientes para o aproveitamento do pessoal docente (TANURI,1979,p.145).

A criação do curso complementar contribuiu de certa forma para a diminuição da procura dos alunos pelo curso normal, não obstante, a dificuldade de colocação no mercado de trabalho tiveram influência direta na redução do número de matrículas.

Outra dificuldade que se evidenciava era a disparidade entre os formados pelas normais primárias que sentiam-se em condições de inferioridade comparados aos formados pelas normais secundárias, visto que, os diplomas destes, eram legitimados por instituições de altíssimo nível. Diante disso, difundia-se cada vez mais, a idéia de unificação das normais, o que só veio a ocorrer em 1920 elevando-se o padrão das primárias aos moldes das secundárias, possibilitando um sistema único de ensino normal.

Na verdade, poucas foram as alterações estruturais ocorridas nas primeiras décadas da República nas Escolas Normais, o que evidenciamos é a busca de alternativas, viáveis economicamente, para atender a demanda do ensino primário que se fazia emergente.

O ensino normal pautado sempre pelas idéias iniciais dos legisladores de 1892, encontrou sérias dificuldades na implantação de um sistema de ensino que atendesse às necessidades dos futuros mestres; embora a qualidade tenha sido apreciada pelos reformadores, a urgência de pessoal habilitado para atuarem nas escolas primárias fez com que os pensamentos se voltassem para a quantidade, o que levou a uma ausência de

reformas substanciais e consequentemente a perda da qualidade do ensino inicialmente almejada.

A década de vinte é palco de novas propostas educacionais e de especial atenção ao ensino primário e normal, marcada por um agitado período de reformas com tendências renovadoras quanto a organização e aparelhamento escolar.

A expansão rápida das escolas primárias, os investimentos e as ações pela erradicação do analfabetismo baseadas no movimento nacionalista, se estendem, agora com idéias novas que se difundiam na Europa e Estados Unidos, que valorizavam o ensino e apontavam para uma educação como instrumento de reconstrução social, política e moral, o que se levou a um otimismo pedagógico por parte dos reformadores.

O grande interesse pelas reformas levou ao desenvolvimento de sistemas públicos de educação, inserindo princípios e práticas novas ao ensino, despertando o interesse nos estudos de Biologia e Psicologia e enfocando melhores condições de aprendizagem.

Nesse período se deu ênfase ao movimento escolanovista que vinham com um caráter técnico-especializado voltado aos fundamentos biológicos, psicológicos e sociológicos da escola nova, difundindo as idéias de Dewey, Durkheim, Montessori, Decroly, Binet e Claparède.

Os reformadores da escola nova partiam do princípio de que o ensino tradicionalista precisava ser revisto desde os programas, métodos didáticos, processos de ensino-aprendizagem e principalmente os papéis do professor e do aluno, que tinham uma formulação rígida que não levava em consideração o desenvolvimento e a individualidade da criança.

Nesse caminhar de idéias renovadoras, surgem várias reformas do ensino primário e normal no Brasil com vistas a uma melhor organicidade das instituições como: a reforma de

Sampaio Dória, em São Paulo (1920), Lourenço Filho, no Ceará (1922-1923); Anísio Teixeira, na Bahia (1925); Francisco Campos, em Minas Gerais (1927-1928) e Fernando Azevedo, no Distrito Federal (1928).

Além das reformas para o ensino primário, voltam-se as críticas quanto à formação específica do professor que se almejava na escola normal, dando-lhe um caráter profissional com bases técnicas-pedagógicas que possibilitassem um maior aperfeiçoamento dos futuros mestres que seriam responsáveis pela implantação das novas idéias e propulsores de um ensino renovador.

No Estado de São Paulo, na década de vinte, a escola normal e o ensino primário passam por várias reformas, sendo a primeira em 1920 que altera radicalmente o ensino elementar, adotando um modelo “alfabetizante” com dois anos de duração, cujo objetivo era a luta contra o analfabetismo, de acordo com o pensamento nacionalista da época de estender a escola primária a todos os cidadãos, como instrumento de nacionalidade e de integração de todos, brasileiros e imigrantes, na vida nacional.

A primeira das reformas, realizada em 1920, situa-se nitidamente em consonância com os princípios e aspirações do movimento nacionalista, introduzindo alterações bastante radicais no ensino elementar, com a adoção do modelo de escola “alfabetizante” de dois anos de duração. A respeito do ensino normal essa reforma traria a superação da estrutura dual que marcava o sistema de formação de professores desde 1895. Assegurada essa conquista que, de resto, seria a principal desse decênio, as reformas posteriores (1925 e 1927) pouco mais fizeram do que um mero jogo de redistribuição dos anos de escolaridade entre os cursos complementar e normal (TANURI, 1979, p.157).

Embora o movimento reformista se alastrasse pelo país, São Paulo hesitava em se alterar diante das novas idéias tendenciando-se ao conservadorismo, mantendo em sua organização escolar aspectos tradicionalistas.

Com a Lei nº. 1750, de 8/12/1920, implantada no governo de Washington Luís, tendo como Diretor Geral da Instrução Pública Sampaio Dória, estabeleceu-se medidas

propiciando a universalização do ensino de primeiras letras dentro dos parâmetros financeiros possíveis da época, assim houve a redução do tempo empregado para a escolarização obrigatória e gratuita para dois anos e a elevação da idade-limite inferior para nove anos, criando-se um “curso médio” de dois anos, que corresponderia ao terceiro e quarto ano primário, só que não gratuito, evidenciando a preocupação central em torno da erradicação do analfabetismo.

Na reforma Sampaio Dória visava-se um curso preparatório para professores das escolas rurais que seria implantado na Escola Normal de Piracicaba com o objetivo de difundir o ensino na zona rural, levando-se em conta as particularidades do local, mas essa medida não chegou a ser incluída no projeto de lei.

Outra medida diz respeito à criação de uma Faculdade de Filosofia, Letras e Educação e a uniformização das escolas normais, mas a proposta de ensino superior se colocava no texto apenas como Faculdade de Educação e não chegou a ser instalada, assim a unificação das escolas normais foi a idéia que realmente se propagou.

Além da unificação das escolas normais, a reforma de 1920 equiparava todos os professores, acabando com a distinção entre complementaristas, normalistas primários e normalistas secundários.

A permanente preocupação com o conteúdo pedagógico das escolas normais, também se manifesta na reforma em questão, trazendo a inclusão de Anatomia e Fisiologia Humana e Biologia, muito embora a primeira já estivesse inserida nos planos pedagógicos de 1892 a 1911, vinha agora acrescida de Biologia dando suporte a Pedagogia. Outro destaque é quanto as disciplinas de Música e Desenho, onde se propagava em maior desenvolvimento destas dentro do currículo escolar integrando-se em todas as séries do ensino normal.

A década de vinte trouxe para o cenário da educação três reformas importantes que se desenvolveram em tão curto espaço de tempo, a primeira, já comentada, de 1920; a segunda de 1925, regulamentada pela Lei nº. 2095, de 24 de dezembro, que modifica a estrutura organizacional do ensino primário em relação a Lei de 1920, onde a duração do curso primário passa a ser de quatro anos nos grupos escolares e três anos nas escolas nas escolas isoladas e reunidas, destinada a alunos de 7 a 12 anos de idade e volta a ser obrigatório (TANURI, 1979, p.169).

Quanto à escola normal, a reforma de 1925, traz como alterações o aumento de um ano no curso normal, passando-o a cinco anos de duração, mas diminui um ano no ensino complementar, o que na verdade não altera de fato a qualidade, visto que, parte do conteúdo do último ano extinto da complementar se insere no currículo do primeiro ano da normal (TANURI, 1979, p.169).

As discussões sobre a melhoria organizacional da escola normal permeiam as idéias de vários educadores adeptos à imprimir o ensino normal com um caráter mais profissionalizante e menos propedêutico.

Em 1925, o jornal O Estado de São Paulo publica uma matéria sobre a Reforma Estadual do Ensino, onde se evidencia que as idéias quanto a separação dos estudos de cultura geral do ensino profissionalizante normal estavam se difundindo com maior rapidez e clamavam por uma organização estrutural, necessária para a melhoria da qualidade do ensino que tinha como base a formação de novos mestres.

Com a ampliação da duração do curso normal para cinco anos, a disciplina de Inglês extinta em 1920 volta a integrar-se no currículo, inclui-se Noções de Direito Usual junto à História do Brasil. Outras disciplinas sofreram alterações relativas ao seu desmembramento, como Matemática em : Aritmética, Álgebra e Geometria Plana,

Geometria e Trigonometria Retilínea; e Português em : Português e Calígrafia, Literatura, História da Língua e da Literatura (TANURI, 1979, p.175).

Diante de tais alterações observamos que o ensino normal nos três primeiros anos se volta apenas para disciplinas de cultura geral, inserindo apenas Puericultura junto à Higiene como disciplina de formação profissional.

A divergência entre as disciplinas, a carga horária reduzida destinada às disciplinas pedagógicas, a mistura de conteúdos propedêuticos com os técnicos-pedagógicos e a mutilação sofrida pelas escolas complementares, recaem sobre a escola normal como críticas quanto ao seu desempenho atreladas a altos custos aos cofres públicos na manutenção das mesmas; assim os legisladores de 1925 determinam que as escolas normais que tivessem cem alunos matriculados deveriam ser transformadas em escolas profissionais.

Em 1926, surgem idéias de que havia um número excessivo de escolas normais e como afirmava Sud Menucci isso recairia sobre os professores que não teriam uma remuneração compatível com outras atividades no mercado de trabalho, sugerindo a transformação de muitas delas em ginásios. Além disso, diminuía o número de matriculados em virtude do aumento da duração do curso.

Lourenço Filho, propõe que o curso propedêutico (de instrução primária e elementar) seja transformado em cinco anos como um curso autônomo, com o mesmo programa dos ginásios, assim resolveria-se o problema do excesso de normais e facilitaria à população do Estado o ingresso ao ensino secundário.

Fernando Azevedo, que encabeça toda essa discussão, reconhece o excesso de escolas normais e propõe que sejam estas reduzidas e algumas transformadas em normais rurais.

As mudanças propostas então, não resolveram o problema da Escola Normal, porque a insatisfação quanto a preparação do professor para lidar com a clientela escolar persistia.

Fernando de Azevedo publica em 1926 suas conclusões sobre a situação da Escola Normal, quando o jornal “O Estado de São Paulo” fez uma pesquisa de opinião sobre a escola pública e a qualidade de ensino vigente, nela ele ressalta a sobrecarga de matérias inadequadas ao ensino da cultura; sem caráter profissional acentuado e o desaparelhamento dos laboratórios, tornando o ensino de concepção teórico e verbalista, não satisfazendo as necessidades dos futuros professores e contrários aos ideais de educação.

Devido as dificuldades enfrentadas pelo governo no tocante ao um melhor preparo das Escolas Normais, este institui uma medida governamental que permite a criação e equiparação às escolas estaduais das Escolas Normais Livres particulares e municipais, a fim de suprir a falta de mestres para atender a demanda escolar, contribuindo para o aumento das mesmas.

Vários questionamentos surgem na época pelos educadores quanto as conseqüências que essa medida traria, levando-se em conta os aspectos quantitativos e qualitativos dos cursos formadores de professores, mas a falta de continuidade e de coerência de sucessivos governos enfraqueceu a luta de autoridades educacionais pelo controle da expansão dessas escolas.

O quadro que se apresenta na época traz controvérsias quando ao pedir a redução das normais, também se divulga a falta de professores para as escolas isoladas e de difícil acesso, onde os professores diplomados não se dispunham a ocupar as vagas existentes.

Com isso, a Diretoria Geral da Instrução Pública realiza concursos para leigos nas regiões mais afastadas, afim de suprir a necessidade de professores principalmente em

zonas rurais, onde estes seriam nomeados como interinos, o que certamente permitia que apadrinhamentos políticos se avolumassem.

Ainda sem soluções efetivas para o atendimento de crianças da zona rural e sem uma política educacional forte que pautasse o ensino normal como âncora para formação de novos mestres, em 1927, no governo de Júlio Prestes e na gestão de Amadeu Mendes na Diretoria Geral da Instrução Pública, a preocupação com a expansão do ensino primário em locais afastados e a falta de professores no preenchimento dessas vagas, norteiam a ação do governo que reforma a instrução pública e o ensino normal através da Lei nº. 2269, de 31/12/1927.

A nova Lei, na verdade não traz tantas alterações quanto ao ensino primário apenas limitando a obrigatoriedade à crianças de 8 a 10 anos e reduzindo de três para dois anos o curso em escolas rurais.

Para o ensino normal, a reforma visava a redução do currículo passando o curso a contar com três anos, mantendo-se a organização anterior apenas para a Escola Normal da Praça da República; ampliava o curso das escolas complementares para três anos e a equiparação das escolas normais livres, tanto municipais quanto particulares que se instalassem no Estado, às escolas normais oficiais de três anos de curso, visando assim, aumentar o número de matrículas no ensino normal.

Com a diminuição do período do curso, algumas matérias foram extintas como: Trigonometria, Inglês, Latim, Cosmografia, Anatomia e Fisiologia Humana, Puericultura e História da América.

Na adequação das disciplinas o novo currículo da escola normal assim se estabeleceu: Português, Caligrafia, Francês, Geografia, História da Civilização, História do Brasil, Educação Cívica, Aritmética, Álgebra, Geometria, Física, Química, História

Natural, Higiene, Psicologia, Pedagogia, Didática, Música, Desenho, Ginástica e Trabalhos Manuais.

A redução do currículo, apesar de extrair disciplinas de cultura geral, não ampliou as de caráter profissional, mantendo-se apenas Psicologia, Pedagogia e Didática.

A Escola Normal da Praça da República continuou com a mesma organização escolar que foi implantada em 1925, portanto, não foi alterada em função da nova reforma, o que lhe atribuía certas regalias como: a preferência de seus alunos para assumirem cargos de direção nas escolas primárias, profissionais e secundárias; cargos de professores de escolas complementares e normais, bem como de inspetores de ensino e dispensa dos duzentos dias de estágio efetivo em escolas rurais, exigidos pelas normais do Estado.

Diante dessas medidas, a Escola Normal da Praça da República retoma o seu prestígio como uma instituição de nível superior e portanto, dotada de privilégios¹².

Não estamos propriamente mencionando a volta ao regime de dualidade de escolas normais, vigente até 1920, já que a duração de três anos foi estendida a todos os estabelecimentos existentes e aos demais que viessem a ser criados, com a única exceção da já referida Escola Normal da Praça da República. Apenas que esta instituição reassume a posição de superioridade diante das demais – passando a ter o caráter simbólico de escola normal superior, inexistente ainda, malogradas que foram as duas tentativas anteriores de estabelecê-la. Neste aspecto, os legisladores de 1927 retrocediam nas metas visadas: não só reduziam o curso normal, mas deixavam de consignar, na lei que reformou o ensino, a criação de um estabelecimento de nível superior para a formação do magistério, preferindo atribuir à Escola Normal da Praça da República, com a mesma organização que então apresentava, o papel e a função do referido estabelecimento (TANURI, 1979, p.184).

¹² Em 1946, na cidade de São Paulo, a Escola Normal passa a se chamar Instituto de Educação “Caetano de Campos”, subordinada à Secretaria da Educação, ministrando aulas para formação de professores primários e secundários; diretores e inspetores escolares, bem como, curso de aperfeiçoamentos, que eram considerados de nível universitário (CAMPOS, 1987, p. 13).

2.2 A BUSCA PELAS ESCOLAS NORMAIS -CONSIDERAÇÕES

No início do século XX, surgem as primeiras tentativas de estender à iniciativa particular e municipal o direito de criar escolas de ensino normal, que contribuiriam para resolver o problema da necessidade de professores titulados para o exercício do magistério no interior do Estado, sendo denominadas Escolas Normais Livres.

Várias cidades reivindicavam o direito de serem sedes de escolas normais, entre elas: São João do Rio Claro, Jacareí, Mogi Mirim, Taubaté, Amparo, Sorocaba, Botucatu, Pindamonhangaba e Guaratinguetá, encaminhando pedidos à Câmara dos Deputados, os quais viram nessas propostas um meio ideal de obterem prestígio político nessas regiões.

Esses projetos tiveram grande aceitação pela Câmara dos Deputados que através de emendas estabeleceram restrições à criação das mesmas, como: garantir a qualidade do ensino neles ministrados e assegurar a possibilidade de manutenção das mesmas, independentes de verbas oficiais, pois o Estado não tinha condições de suprir tal demanda.

As Escolas Normais , tanto particulares como municipais, qualificadas de “Livres”, estariam subordinadas à fiscalização do Governo através de um inspetor fiscal e deveriam satisfazer as seguintes condições para equiparação às oficiais: terem cursos e programas organizados de acordo com os das Escolas Normais oficiais, possuírem patrimônio mínimo de duzentos contos de réis e os professores de Pedagogia e Didática seriam nomeados pelo Governo.

Durante a tramitação desses processos, tanto na Câmara como no Senado, várias críticas surgiram com relação as então chamadas, Escolas Normais Livres, no sentido de que seria a “Mercantilização do Ensino Normal”, como ainda, a preocupação quanto às

consequências prejudiciais que estas poderiam trazer ao ensino, caso não houvesse um absoluto rigor na equiparação e fiscalização das mesmas.

A rápida expansão das Escolas Normais Livres no interior do Estado de São Paulo, sem dúvida imprimiu novos rumos ao ensino normal, funcionando em 1928, 26 escolas, sendo 2 na Capital e 24 no interior do Estado.

3 AS ESCOLAS NORMAIS LIVRES

Em 1900, o ensino normal no Estado de São Paulo era fortemente monopolizado pelo Estado, o que impedia que escolas particulares e municipais penetrassem nesse setor, visto que, inúmeras restrições se impunham quanto ao reconhecimento dos títulos, o que nos remete a Escola Normal da Capital e as Complementares que tinham seus títulos reconhecidos por serem estabelecimentos oficiais, restando às particulares e municipais apenas o direito de seus diplomados exercerem o magistério fora da rede estadual ou então, concorrerem à vagas como professores leigos.

A Câmara dos Deputados recebia representantes de várias cidades que solicitavam o direito de serem sedes de escolas normais e complementares como: Botucatú, Pindamonhangaba e Guaratinguetá, além de projetos de criação desses estabelecimentos nos municípios de São João do Rio Claro, Jacareí, Mogi-Mirim, Taubaté, Amparo e Sorocaba, o que levantou possibilidades de obtenção de votos nessas regiões diante do prestígio político que as referidas ações suscitariam¹³.

Mas financeiramente tal proposta seria inviável, pois onerariam os cofres estaduais que não tinham condições de arcar com os custos dessas instituições, recorrendo-se então, às escolas normais livres, equiparando-as às oficiais, como solução para o problema.

A Câmara dos Deputados no intuito de preservar a qualidade do ensino ministrado nessas instituições, propõe que a equiparação só seria concedida à associações de iniciativa privada ou à Câmara Municipal, mediante as seguintes condições: observância do plano e do programa de ensino da escola normal do Estado; existência de um patrimônio de

¹³ Cf. Projeto nº 24/1895. Anais da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo: 1895, p.702. Projeto nº 59/1900 e mendas apresentadas. Anais da Câmara dos deputados do Estado de São Paulo: 1900, pp. 392,393,551 e 552.

30:000\$000 representado por apólices da dívida pública federal ou estadual ou de 40:000\$000 representado pelo prédio em que funcionasse o estabelecimento, e a associação deveria apresentar-se constituída judicialmente¹⁴.

Outra exigência era que a instituição deveria passar por uma inspeção prévia, realizada pelo Inspetor Geral do Ensino, que verificaria a idoneidade moral e técnica do diretor e do corpo docente; a existência de laboratórios, gabinetes e aparelhos necessários ao ensino das ciências físicas e naturais e observaria o plano e o programa de ensino da escola. Caso fosse concedida a equiparação, a instituição ficaria subordinada à fiscalização do Inspetor Geral do Ensino¹⁵.

Com esse projeto, mais uma vez, a superioridade do ensino da Escola Normal da Capital se fazia presente, porque às escolas normais livres só habilitariam seus alunos para lecionarem em escolas primárias fora da capital, afim de evitar concorrência com os professores formados pela oficial e também como forma de incentivo para que o professor se fixasse no interior do Estado, principalmente em regiões mais afastadas.

Esse projeto embora aprovado na Câmara dos Deputados, seguiu para o Senado, sendo sua discussão adiada até 1903, quando na verdade havia um grande receio por parte dos parlamentares quanto a aprovação deste, temendo-se um esvaziamento das escolas oficiais, imaginando-se até o fechamento delas, assim alegavam também que a rápida expansão das normais livres poderia implicar na queda da qualidade de ensino.

Contudo, atrás desses argumentos, encontravam-se, sem dúvida, o desejo de preservar incólume a qualidade do ensino ministrado na única escola normal e a organização traçada pelos primeiros legisladores da República, bem como o temor de que a atribuição de franquias à iniciativa privada e municipal – que poderia resultar em franca e rápida multiplicação de escolas normais – viesse proporcionar uma deterioração dos padrões de ensino (TANURI, 1979, p.198).

¹⁴ Projeto nº 74 de 1900, art. 2º. Anais da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo: 1900, p. 902.

Na verdade, a preocupação dos legisladores paulistas estava mais voltada à preservação da Escola Normal da Capital, vista como a melhor escola pública nesse nível, não se questionando a liberdade de ensino, o que na prática já acontecia, tanto na iniciativa privada quanto nas municipais, porém, era colocado em pauta como forma de prorrogar a aprovação das novas medidas.

A Escola Normal da Capital gozava de um enorme prestígio junto aos legisladores republicanos que não viam meios de equiparação das demais ao nível desta, que possuía ótimas condições materiais como: prédio, laboratório, biblioteca e mobiliário, além de pessoal docente de alto nível.

Outro fator de discussão era quanto as limitações financeiras que a criação e equiparação das escolas normais livres teriam, assim preferiam manter a Escola Normal da Praça como instituição única, e para atender a necessidade de professores para o ensino primário, deixavam tal incumbência às escolas complementares.

Embora os Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro já tivessem escolas normais equiparadas, tanto particulares como municipais, ainda assim, não foi motivo suficiente para convencer os Senadores, inviabilizando a implantação desse sistema no Estado de São Paulo.

Após cinco anos, em 1905, a Associação Comercial de Santos, solicitava à Câmara dos Deputados a equiparação do “Liceu Feminino Santista”, que já trabalhava com o ensino normal aos moldes da Escola Normal da Capital, mas só lhes foi concedida a equiparação às escolas complementares, mesmo assim o Liceu continuou suas atividades como escola normal livre, formando professores para as escolas primárias municipais.

¹⁵ Ibidem, art. 7º, p. 903.

Além do Liceu Feminino de Santos, outras também solicitaram a equiparação como : a Escola Normal Livre de Jacareí, Escola Normal Livre de Itú, Colégio Normal Santa Rita e os Externatos Normais das cidades de Itapetininga e São Paulo, todos estabelecimentos de ensino particulares, sendo que a equiparação às oficiais só ocorreria em 1927. Outras escolas como o Ginásio de São Joaquim, em Lorena (1911) e a Congregação Belga de Santo André (1915) também fizeram suas tentativas de equiparação, porém sem êxito (TANURI, 1979, p.202).

No Estado de São Paulo, em 1913, existiam 11 escolas, sendo 3 normais secundárias e oito normais primárias, o que na prática seria suficiente para atender a demanda do ensino primário na época. Nota-se que o poder público estadual monopolizava o ensino normal e não havia interesse em expandir para as escolas particulares e municipais o direito de titular novos professores, pensando-se em manter a qualidade de ensino das oficiais.

As escolas normais livres só encontraram apoio efetivo em 1927, no governo de Júlio Prestes, quando os legisladores reabrem as discussões em torno da elevada porcentagem de analfabetos no país, número insuficiente de professores para o ensino primário e a falta de recursos financeiros dos cofres públicos estaduais, assim as normais livres tornam-se medidas de emergência para sanar a crise das escolas.

O ensino normal livre só seria objeto de cogitações na Câmara dos Deputados em 1927, quando a difusão do ensino primário, sobretudo na zona rural, e a eliminação do deficit de escolarização voltavam mais uma vez na década de vinte a polarizar a atenção dos legisladores (TANURI, 1979, p.203).

Muitos questionamentos foram levantados na época quanto as reais regalias que as escolas normais livres receberiam, principalmente quanto a qualidade do ensino nelas

ministrados e se os seus diplomados teriam os mesmos direitos dos que freqüentavam as escolas normais oficiais.

Na verdade, temia-se a mercantilização do ensino normal no qual os políticos viam enormes possibilidades na aquisição de prestígio junto à população.

Em 31/12/1927, a Lei nº. 2269 foi aprovada, criando-se as escolas normais livres, tanto particulares como municipais, e estabelecendo critérios para a sua instalação e equiparação como: deveriam ser fundadas e mantidas por nacionais, com corpo docente também de nacionais; seus cursos e programas organizados de acordo com os das escolas normais oficiais; possuírem um patrimônio mínimo de duzentos contos de réis; situarem em municípios que não tivesse escola normal oficial, exceto no caso de escolas com regime de internato; apenas uma escola normal livre no regime de externato seria equiparada em cada município; ser o professor de Pedagogia e Didática de nomeação do Governo, com os mesmos vencimentos de seus pares das escolas normais oficiais¹⁶.

As escolas normais livres passaram a serem vistas como necessidade de preparo de professores em quantidade para a expansão do ensino primário, principalmente em zonas rurais, assim, conseguiram o apoio dos parlamentares na Câmara na aprovação do projeto.

A equiparação das escolas normais livres foi objeto de discussões por vários educadores da época, bem como da sociedade em geral, pois temiam as conseqüências que isso acarretaria, pensando sempre que São Paulo já despontava no cenário educacional do país pela qualidade e cuidados que dispensara com as normais oficiais, portanto a preocupação era que houvesse rigor absoluto na equiparação e permanente fiscalização das mesmas.

¹⁶ Lei nº 2269, de 31/12/1927, art. 20.

Observa-se que haviam duas preocupações centrais, a primeira quanto a uma possível queda da qualidade de ensino e a segunda quanto a manutenção das tradições das escolas normais estaduais.

A referida lei, tem como motivo principal prover as escolas rurais de professores diplomados e com certa experiência, fixando-os no interior do Estado, assim, confere aos egressos das escolas normais livres os mesmos benefícios, direitos e regalias dos diplomados pelas oficiais, desde que estagiassem por um ano em escolas rural, podendo ser nomeados para lecionarem em escolas urbanas do interior e após dois anos de efetivo exercício poderiam candidatar-se às escolas urbanas da capital, que selecionavam seus mestres através de concurso público.

As escolas normais livres ficariam subordinadas à fiscalização do Governo através de um Inspetor Geral e deveriam depositar semestralmente, no Tesouro do Estado ou na Coletoria Estadual local, importâncias referentes aos vencimentos do inspetor geral e do professor de Pedagogia e Didática, afim de garantir a qualidade e uniformidade do ensino, mas essa medida foi modificada logo no ano seguinte, ficando os vencimentos do professor de Pedagogia e Didática a cargo do Estado e somente o inspetor geral à cargo das normais livres, visto as dificuldades que estas encontrariam em se manterem às suas próprias custas.

Em março de 1928, portanto, três meses após a aprovação da lei, já tínhamos dezessete escola normais equiparadas, chegando a atingir na totalidade do ano 26 escolas normais livres, sendo 2 na capital e 24 no interior.

Quadro II- Escolas Normais Livres equiparadas às oficiais de 3 anos, que funcionaram em 1928.

Estabelecimentos aos quais são anexas	Localidade	Equiparaç/	Regime	Classes	Matric.	Elimin./ano	Reprovas	2ª época	Promovidos
1 Col. Puríssimo Coração de Maria	Rio Claro	16/02/28	Int.-ext.	2	68	8	-	-	60
2 Col. do Sag. Coração de Jesus	Campinas	16/02/28	Internato	1	21	2	1	4	14
3 Escola Normal Livre de	Tietê	16/02/28	Externato	3	118	14	2	14	88
4 Ginásio Municipal Makenzie	Araraquara	16/02/28	Externato	2	62	2	11	-	49
5 Ginásio de São Luís	Jaboticabal	16/02/28	Externato	1	49	5	10	17	17
6 Colégio Santa Inês	Capital	16/02/28	Internato	1	25	2	3	7	13
7 Esc. de Farmácia e Odontologia	Ribeirão Preto	16/02/28	Externato	2	91	2	23	-	66
8 Col. Nossa Sra. Auxiliadora	Batatais	20/02/28	Int.-ext.	1	18	-	-	-	18
9 Escola Normal Livre de	Franca	20/02/28	Int.-ext.	2	110	19	4	24	63
10 Escola Normal Livre de	São Simão	20/02/28	Externato	2	120	14	9	-	97
11 Col. Progresso Campineiro	Campinas	23/02/28	Internato	1	20	1	-	-	19
12 Col. Nossa Sra. do Amparo	Amparo	23/02/28	Int.-ext.	1	36	3	5	-	28
13 Assoc. Instrutiva "José Bonifácio"	Santos	29/02/28	Externato	2	104	8	6	21	69
14 Col. Santo André	Jaboticabal	29/02/28	Internato	1	28	4	4	4	16
15 Escola Normal Livre de	Bauru	01/03/28	Externato	1	100	49	18	11	22
16 Col. Nossa Sra. do Carmo	Guaratinguetá	01/03/28	Internato	1	18	-	-	2	16
17 Col. Nossa Sra. d'Assunção	Piracicaba	01/03/28	Internato	1	40	1	-	4	35
18 Col. Progresso	Araraquara	06/03/28	Internato	1	25	5	-	1	19
19 Esc. Prof. Patrocínio S. José	Lorena	15/03/28	Int.-ext.	2	96	13	5	27	51
20 Ginásio Municipal	Jaú	29/03/28	Int.-ext.	1	50	3	-	6	41
21 Colégio Patrocínio	Itu	29/03/28	Int.-ext.	3	92	11	13	13	55
22 Colégio Imaculada	Mogi Mirim	12/04/28	Int.-ext.	1	43	2	5	-	36
23 Colégio São José	Limeira	12/04/28	Int.-ext.	1	25	2	-	-	23
24 Colégio Florence	Jundiaí	12/04/28	Int.-ext.	1	47	2	2	-	43
25 Colégio Batista-Brasileiro	Capital	12/04/28	Internato	1	10	-	-	4	6
26 Colégio São José	Pindamonhangaba	19/04/28	Int.-ext.	2	87	14	15	44	14
Total Geral				44	1503	186	136	203	978

Fonte: TANURI, Leonor Maria. O Ensino Normal no Estado de São Paulo 1890 – 1930, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1979, vol.16, p.216.

Quadro III- Movimento geral das Escolas Normais do Estado de São Paulo em 1930.

Categorias	Estabelecimento	Classes	Matriculados durante o ano			Eliminados durante o ano			Alunos em novembro		
			Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
E.Normais Oficiais	10	74	409	3275	3684	16	173	189	393	3102	3495
E. Normais Livres	49	132	282	3735	4017	27	274	301	255	3461	3716
Geral	59	206	691	7010	7701	43	447	490	648	6563	7211

Fonte: TANURI, Leonor Maria. O Ensino Normal no Estado de São Paulo 1890 – 1930, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1979, vol.16, p.217.

Continuação do Quadro III- Movimento geral das Escolas Normais do Estado de São Paulo em 1930.

Categorias	Aprovados				Total	%
	Promov.	Diplomados			geral	aprovação
		Masc.	Fem.	Total		
E.Normais Oficiais	2026	137	1066	1203	3229	92,38
E. Normais Livres	2359	43	891	934	3293	88,61
Geral	4385	180	1957	2137	6522	90,44

Fonte: TANURI, Leonor Maria. O Ensino Normal no Estado de São Paulo 1890–1930, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1979, vol.16, p.217.

Diante da rápida expansão das Escolas Normais Livres, houve um aumento expressivo de professores habilitados, o que levou o governo em 1930 a exonerar os professores leigos, abrindo concurso público para a contratação de novos mestres.

Evidenciava-se também a preocupação do governo quanto a regulamentação que se fazia necessária à essas escolas, assim o Decreto nº. 4600, de 30/05/1929, acrescenta novas exigências às já descritas na lei de 1927 como: para a abertura e equiparação das Escolas Normais Livres deve haver um parecer favorável emitido por uma comissão de três membros designada pela Diretoria Geral da Instrução Pública para “investigar no lugar as condições de escola”; obediência à orientação didática emanada da Diretoria Geral¹⁷ e além do inspetor responsável pela fiscalização da escola, instituiu-se inspetores especiais para orientar o ensino da Música, Desenho, Ginástica e Trabalhos Manuais¹⁸.

Evidenciam as disposições contidas nesse Decreto que o Governo de Júlio Prestes, responsável pela penetração da iniciativa privada e municipal no setor do ensino normal, já se dava conta do potencial expansionista da referida iniciativa e procurava dotá-la de condições tendentes a assegurar a eficiência de sua atuação e evitar os possíveis resultados deletérios que poderiam advir para o ensino normal (TANURI,1979, p.211).

As Escolas Normais Livres criadas com a lei de 1927 mantinham os cursos de três anos e a formação de seus currículos e programas iguais aos das oficiais.

Com a reforma de 1927, as escolas normais estaduais destinavam 80% de suas vagas aos alunos que concluíssem o curso complementar, sem a necessidade de exame de admissão, que eram realizados para o preenchimento das 20% restantes e aberto aos demais candidatos.

¹⁷ Dec. Nº 4600, de 30/5/1929, respectivamente arts. 396 e 398, nº 5.

¹⁸ Dec. Nº 4600, de 30/5/1929, art. 411.

Já as normais livres particulares e municipais não foram obrigadas a terem um curso complementar anexo. Assim, se permitiam receber alunos de diferentes níveis, principalmente do primário, o que acarretava um despreparo que as diferenciavam das oficiais.

Sem dúvida, a organização escolar que se implantava não correspondia às existentes nas estaduais, o que as colocavam em nível de inferioridade no âmbito educacional.

Outro fator relevante era a ausência de escolas-modelo anexas às normais livres, sendo que as estaduais possuíam um grupo escolar e duas escolas-modelos isoladas, uma urbana e outra rural, onde possibilitavam a prática de ensino. Para sanar essa deficiência, os alunos das normais livres tinham que recorrer aos grupos escolares de sua cidade ou as escolas primárias anexas à Normal, mediante autorização da Diretoria Geral da Instrução Pública¹⁹.

Embora com dificuldades para a formação dos alunos, na tentativa de equipará-los aos demais formandos das oficiais e sem contar com um corpo docente local devidamente qualificado, as normais livres se expandiram rapidamente, em estabelecimentos isolados; anexos aos ginásios municipais e a colégios particulares com regimes de internato ou externato.

Deve-se mencionar ainda que as escolas normais livres não conseguiram escapar – devido sobretudo à proliferação rápida e numerosa desses estabelecimentos – à apresentação de deficiências materiais e humanas que vinham comprometer o nível do

¹⁹ Dec. Nº 4600, de 30/5/1929, art.404.

ensino de formação de professores. Dependentes, em maior escala, dos recursos humanos já existentes nas localidades onde se instalaram, essas escolas normais puderam, na verdade, realizar a seleção de seu pessoal docente nos moldes processados pelas oficiais. Sujeitas principalmente às disponibilidades financeiras das municipalidades ou das entidades responsáveis pela sua manutenção, logo se tornariam evidentes as dificuldades para a sua adequada instalação e aparelhamento pedagógico (TANURI, 1979, p.213).

Com a expansão das escolas normais livres, que colocava em quantidade, novos professores no mercado de trabalho, chegando à localidades onde as oficiais ainda não haviam chegado, estimulou-se a ampliação do ensino primário em diversas regiões, sendo responsável também pelo aperfeiçoamento dos docentes, gerando um processo de seleção mais rigoroso, elevando a carreira do magistério público primário. Sem dúvida foi um grande avanço na história da educação brasileira.

4 A EDUCAÇÃO EM SOROCABA : final do Império e início da República

Ao iniciar esse capítulo tenho como intenção retratar um pouco da história da cidade de Sorocaba, caracterizando a cidade desde os aspectos geográficos até os principais ciclos econômicos que levaram a sua evolução, proporcionando ao leitor o entendimento do momento político, cultural e educacional que permeavam a década de 1920 e início de 1930, no qual a Escola Normal Livre de Sorocaba se inseriu.

4.1 SOROCABA: aspectos históricos

O nome Sorocaba vem do tupi-guarani, que significa terra (yby) fendida ou rasgada (çoroc) mais aba (sufixo que designa lugar) daí a definição de “terra rasgada”.

A história de sua origem está ligada às explorações de ferro no morro de Ipanema, em Araçoiaba da Serra que em 1578 Afonso Sardinha, descobriu ricas jazidas de metal, montando ali dois engenhos de fundição de ferro. Entre 1598 e 1600, um dos engenhos foi doado ao governador do Brasil, D. Francisco de Souza, o qual levantou Pelourinho no chamado Vale das Furnas, onde funcionava um primitivo estabelecimento metalúrgico, com um pequeno povoado em formação chamado Itapebussú (atual Itavuvú) ou Nossa Senhora do Monte Serrat, que teria mudado mais tarde, para o campo da beira do rio Sorocaba e em 1661, o nome do povoado foi mudado para Vila de São Felipe, em homenagem ao rei da Espanha.

Em 1654, Balthazar Fernandes e seus genros iniciaram o povoamento de uma colina a cerca de três quartos de légua de São Felipe, próximo ao rio Sorocaba, o qual recebeu o

nome de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba. Esse novo povoamento atraiu moradores de Vila de São Felipe, levando o mesmo à decadência.

Balthazar Fernandes solicitou ao governador da repartição sul, Salvador Corrêa de Sá, permissão para aqui levantar o Pelourinho do novo povoado. No mesmo ano, em 3 de março, foi autorizado a transferência do Pelourinho e concedida a licença para eleger oficiais da Câmara e elevar Sorocaba à Vila. Em fevereiro de 1842 com a lei provincial n.º 5 Sorocaba passa a condição de cidade e em 1871 foi criada a sua comarca (LEIS,1995,p.79).

Sorocaba viveu três ciclos econômicos diferentes até 1930: o Bandeirismo (1654-1733), o Tropeirismo (1733-1897) e o Industrial (1875-1930) (LEIS, 1995, p. 84).

Segundo Aluisio de Almeida, em 1667 houve registros de grupos paraibanos, que atraídos pela nova vila, retornaram a vida de bandeirantes por acreditarem que só a lavoura não garantiria o sustento da comunidade, assim iniciou-se o bandeirismo em Sorocaba, tendo à frente Pascoal Moreira Cabral, que descobriu ouro junto ao rio Coxipó, originando ali uma nova vila, hoje conhecida como cidade de Cuiabá. Outras bandeiras partiram de Sorocaba entre 1690 e 1730 com a finalidade de obtenção de ouro nas minas da região Centro-Oeste.

Sorocaba nessa época sobrevivia com os ganhos obtidos pelos bandeirantes sorocabanos, mas devido o seu caráter rudimentar de exploração e esgotamento desses recursos, deu-se a decadência desse ciclo, que não mais conseguia sustentar a economia local (ALMEIDA,1969).

O tropeirismo caracterizado pelo transporte de cargas em lombo animal, geralmente muares (mulas) e eqüinos surgiu em consequência do descobrimento de minas, no final do século XVII e início do século XVIII em Minas Gerais, provocando o deslocamento de

numerosa população para aquela região enfrentando dificuldades por não terem um meio de transporte adequado, visto as longas distâncias que percorriam.

Por outro lado, desde o século XVI nas bacias platinas, ao sul, o número de cabeças de gado bovino, eqüino e muar era incalculável, o que foi visto como solução para atender as necessidades da região mineira, mas a transferência desses animais por regiões desconhecidas era o principal entrave na época, assim em 1727 iniciou-se a construção de uma estrada ligando a região do Prata à Curitiba e em 1732, Cristovão Pereira de Abreu inicia a partir de Viamão (atual cidade de Porto Alegre), sua viagem com animais até atingir a região mineira (LEIS,1995).

Sorocaba registra em 1733 a passagem da primeira tropa oficial de muares pela cidade. A partir daí, tornou-se não só passagem como também ponto de estacionamento das tropas que se sucederam, ficando conhecida como a sede das feiras de muares que reunia tropeiros do norte e do sul que vendiam, compravam e trocavam seus muares.

Em decorrência dessa feira, surgiram diversos estabelecimentos de comércio e serviços, além de atividades artesanais e de produção caseira para atender as necessidades dos tropeiros que por aqui passavam (fabricação de arreios em couro, armazéns, hospedarias, fabricação de facas e facões. Sorocaba devia possuir nessa época (meados de 1780) aproximadamente 130 casas e provavelmente 1.000 habitantes (ALMEIDA,1969).

Outros dados populacionais, segundo o recenseamento elaborado no ano de 1872 e publicado no jornal Ypanema, Sorocaba contava com 12.959 habitantes, sendo 4.793 residentes na cidade, ou seja, 36,9% da população e, em 1873 com 13.999 habitantes, dados publicados pelo Almanak da Província (BADDINI, 2002, p.193).

Em 1897, registrou-se a última feira de muares em Sorocaba que por longo tempo foi a sustentação da economia local, substituindo o meio de transporte por ferrovias.

O ciclo industrial presente entre 1875 e 1930, tem origem com a Fábrica de Ferro de Ipanema em 1810 como a maior siderúrgica do século XIX, que no decorrer do tempo pela baixa produção e qualidade do ferro, além de altos custos, teve seu fechamento em 1895, desaparecendo assim a primeira indústria siderúrgica da região (SANTOS,1999,p.79) .

A indústria têxtil no Estado de São Paulo, teve o seu favorecimento com a guerra de Sucessão dos Estados Unidos (1861–1865), que uma vez proibida a exportação do algodão para o Brasil, a produção algodoeira brasileira se intensificou, surgindo as primeiras fábricas no interior do Estado nas cidades de Sorocaba, Tatuí e Itú ²⁰.

Sorocaba foi privilegiada por estar junto a área produtora de algodão e próxima da capital paulista que era o centro distribuidor industrial, assim assumiu posição de destaque até a primeira década do século XX, sendo que no final do século XIX já estavam instaladas as fábricas têxteis: Nossa Senhora do Carmo (1878), Santa Maria(1881), Votorantim (1890) e Santa Rosália (1895). No século XX registro-se a Companhia Nacional de Estamparia, terminada a construção da Fábrica São Paulo (1909) e instalada a Fábrica Santo Antônio (1913), completando assim o grupo têxtil (SANTOS,1999,p.80).

²⁰ Para ver maiores detalhes sobre a industrialização em São Paulo: Warren Dean em “ A Industrialização em São Paulo (1880-1945)” editora DIFEL, e sobre a produção algodoeira no Brasil: Wilson Cano em “ Raízes da Concentração Industrial em São Paulo” editora UNICAMP-IE, 1998.



Fábrica Santa Maria

Foto- Sorocaba 350 anos: Uma História Ilustrada, p.158, 2004.

Em 1927, além das indústrias têxteis e máquinas de beneficiar arroz, Sorocaba contava com: 1 fábrica de calçados, 1 fábrica de velas, 1 fábrica de óleo, 1 fábrica de enxadas e ferragens, 1 fábrica de cerveja, 1 fábrica de facões, 1 fábrica de papelão, 2 fábricas de ladrilhos, 2 fábricas de sabão, 2 fábricas de chapéus, 2 fundições, 3 costumes e as oficinas da Estrada de Ferro Sorocabana (SANTOS,1999,p.82).

A Indústria metalúrgica volta a ter atividades em Sorocaba, quando, em 29 de abril de 1917, é fundada a Ferraria Agrícola Nossa Senhora Aparecida, popularmente conhecida como “Fábrica de Enxadas”, à rua XV de Novembro, 374, defronte ao atual Jardim do Canhão ou Praça Artur Fajardo. Seus fundadores, os irmãos Francisco e Nicolau Scarpa, contrataram operários e técnicos alemães entre eles os Heidt, os Schniep, os Grubber e os Letzow, remanescentes da Real Fábrica de Ferro Ipanema, por trazerem consigo novas

tecnologias da Europa. A produção inicial dessa fábrica era de ferramentas agrícolas, principalmente enxadas, que até então eram importadas da Inglaterra (OLIVEIRA,1984,p.17).

Com o passar do tempo a fábrica de enxadas foi crescendo e se transformando em siderúrgica de aços especiais²¹.

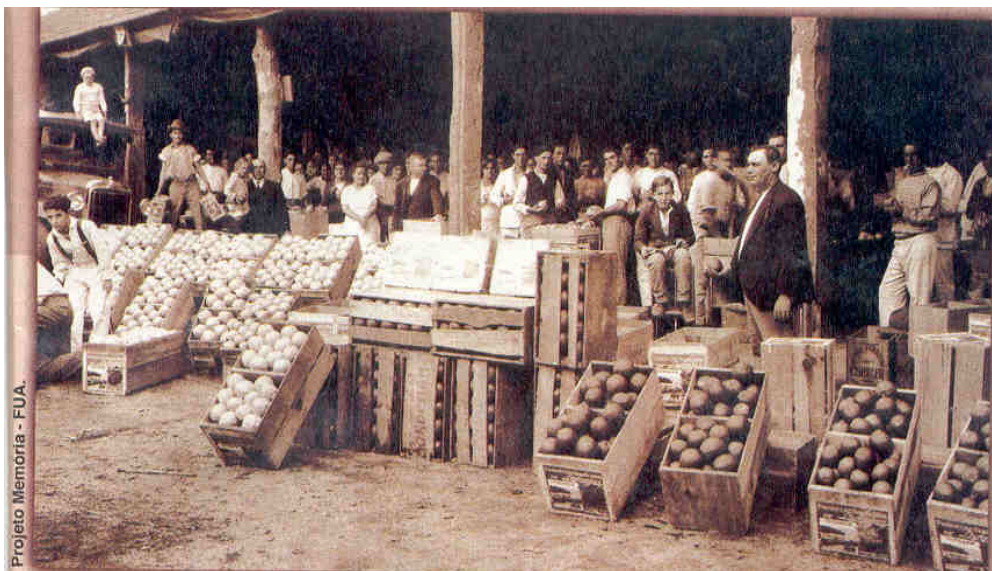
4.2 O PROGRESSO NO INICIAR DO NOVO SÉCULO

No início do século XX Sorocaba era vista como uma cidade progressista em função de suas atividades sócioeconômicas, articuladas às novas concepções de trabalho que atraíram não só migrantes rurais como também imigrantes que chegaram ao Brasil em busca de trabalho.

A região de Sorocaba na década de 20 contava com aproximadamente 161.266 pessoas, cerca de 12% do total do Estado, era a terceira maior cidade do interior paulista, superada apenas por Campinas e Ribeirão Preto, possuindo 49.468 trabalhadores, sendo 66% no setor primário, 19% no setor secundário e 15% no setor terciário. Devido ao desenvolvimento industrial que se apresentava no momento, absorvia-se nesta cidade 55,3% da mão-de-obra nas indústrias (LEIS, 1995, p.87).

A cultura da laranja era destaque a nível estadual, a cidade estava em 1º lugar na produção da fruta, o que elevou consideravelmente o valor imobiliário dos terrenos, pois a procura para a formação e expansão dos laranjais estava a todo vapor, o que resultou em 1930 na fundação da Cooperativa de Citricultores de Sorocaba.

²¹ Ver quadro IV, em anexo.



Cooperativa de Citricultores de Sorocaba
Foto- Sorocaba 350 anos: Uma História Ilustrada, p.175, 2004.

A produção local não só abastecia a capital do Estado como também tinha no mercado Europeu o seu espaço para exportação, tendo como marca registrada o nome de “Paramount”. Das laranjas que não eram exportadas a Cooperativa fabricava o vinho de laranja “Laranjim Supremo”, que recebeu medalha de ouro na exposição geral de Florença em 1933.

O ciclo da laranja foi responsável pelo enriquecimento rápido de numerosas famílias e também abriu novas frentes de trabalho, tanto na lavoura como nas casas de empacotamento (OLIVEIRA,2002,p.88).

A cultura do algodão, o desenvolvimento das linhas da Estrada de Ferro Sorocabana, os investimentos no setor industrial têxtil e as atividades comerciais decorrentes das necessidades sociais que se apresentavam nesse período foram responsáveis pela expansão urbana e populacional de Sorocaba, transformando as relações sociais e o perfil cultural da cidade.



Depósito de Algodão em Fibras

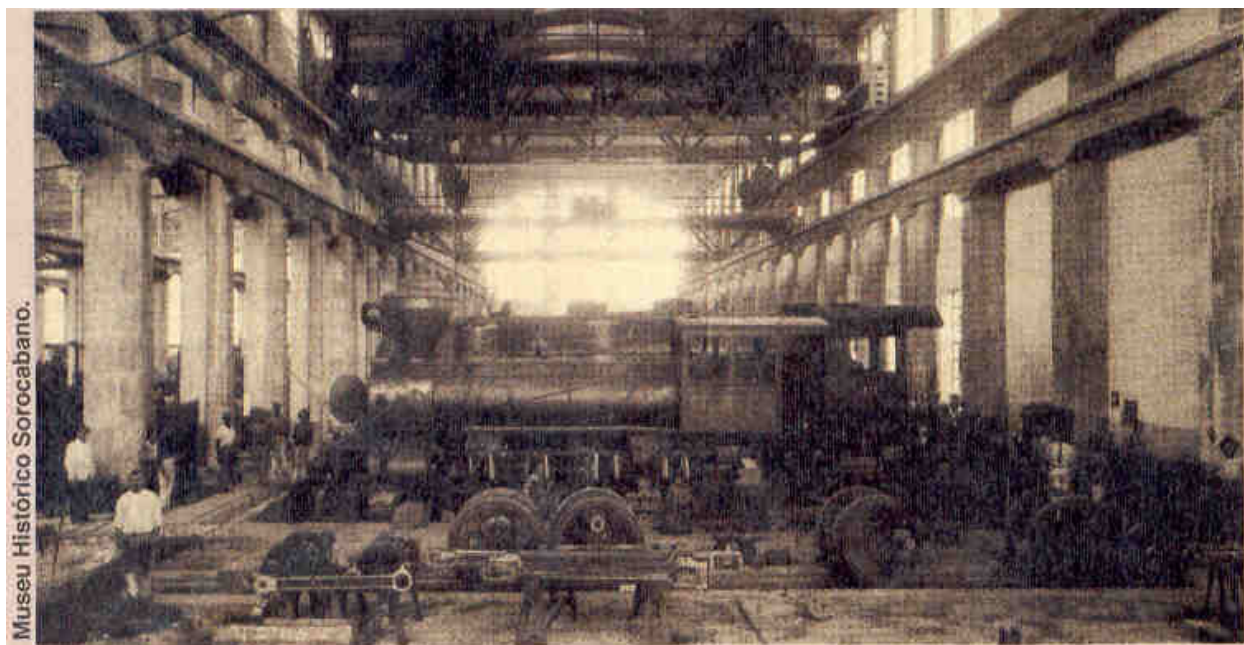
Foto- Sorocaba 350 anos: Uma História Ilustrada, p.133, 2004.

Com a chegada dos espanhóis na década de 20, alteraram-se os costumes agrícolas implantando-se a cultura da cebola tipo canárias, introduzida por eles no Brasil que alastrou por toda região. A maior concentração dos espanhóis foi no bairro de Vila Hortência, conhecido até hoje como “cebolândia”.

No tempo da colheita, todo mundo trabalhava no restiamento, o bairro todo cheirava cebola, recorda-se João Francisco Martins, filho de espanhóis (OLIVEIRA, 2002, p.88) .

Em 1928, a industrialização também se destacara, contando com 164 empreendimentos e mais de 18 mil operários, incluindo as indústrias médias e pequenas, colocando a cidade na liderança industrial do Estado de São Paulo (LEIS, 1995, p. 86).

Nessa época, também estavam em fase de obras adiantadas as oficinas da Estrada de Ferro Sorocabana, que viria a empregar mais de mil pessoas²².



Oficinas da Estrada de Ferro Sorocabana
Foto- Sorocaba 350 anos: Uma História Ilustrada, p.262,2004.

Com as ruas centrais calçadas e com saneamento central quase completo, o valor comercial, industrial e agrícola da cidade se elevou trazendo famílias de outras localidades que vinham na esperança de conseguir empregos ou se estabelecerem com comércios, o que influenciou fortemente a economia pública e particular.

4.3 AS FORÇAS POLÍTICAS DE SOROCABA

Para uma melhor compreensão da situação política de Sorocaba no início do século XX, não posso deixar de retroceder ao final do Império, onde se deram as primeiras manifestações de formação do Partido Republicano Paulista na cidade.

²² Para ver sobre as ferrovias brasileiras: Wilson Cano em “Raízes da Concentração Industrial em São Paulo”, editora UNICAMP-IE, p.63, 1998.

O PRP sorocabano articulou-se em 1886, tendo como líderes Olivério José de Pilar, Joaquim Antônio Dias, Manoel Januário de Vasconcelos e Benedito Antônio Pires, que compartilharam os poderes municipais com antigos administradores da monarquia, antigos liberais e conservadores que apoiaram a implantação da República (PINTO JUNIOR, 2003, p.83).

Segundo Aluísio de Almeida, na nomeação da primeira intendência republicana, em janeiro de 1890, poucos eram os nomes que tinham participado efetivamente do PRP no final do Império (ALMEIDA, 1969, p.244).

O início da república velha teve como característica a elitização da política local que já vinha permeando toda fase imperial, onde as autoridades públicas da cidade pertenciam aos grupos econômicos forte, ou seja, proprietários de terras e imóveis urbanos, capitalistas em geral, que exibiam suas patentes da Guarda Nacional, os quais administravam a Câmara Municipal e a Justiça local.

A elite sorocabana administrava os poderes públicos sem dar espaço as classes trabalhadoras locais que emergiam nesse momento, ficando esta sempre à margem das decisões importantes para o progresso da cidade.

Em Sorocaba, as condições de participação política da população não eram muito diferentes. Não existem registros de representantes populares que tiveram participação efetiva na política partidária na velha república. Pior, como era comum no período da primeira república, os poucos eleitores alfabetizados recebiam pressões nos sufrágios que caracterizavam o “ voto de cabresto” . A única organização partidária legalizada era o PRP. Sendo o partido único da cidade, as divisões políticas da fase imperial se manifestaram dentro do PRP local. As antigas lideranças liberais e conservadores agora compunham a agremiação partidária hegemônica; por isso nem sempre os correligionários do PRP tinham as mesmas posições. Mas se na época imperial os partidos eram elitizados, na república o PRP manteve essa característica política no cenário brasileiro (PINTO JUNIOR, 2003, p.85).

Em 1901, com a dissidência estadual do PRP, começaram as disputas internas dentro do partido, mas as classes trabalhadoras continuaram sem espaço para expressão.

Nessa época, a divisão do PRP em Sorocaba originou confrontos políticos em espaços institucionais como a Câmara, ou em espaços públicos como as ruas, praças e estabelecimentos comerciais. Suas divergências iam além do plano partidário chegando ao plano pessoal, familiar e das alianças vindas da fase imperial.

A política local se dividiu entre os situacionistas (membros do PRP) liderados por Luís Nogueira Martins, apoiado pelas famílias Barros, Loureiro e correligionários, e os dissidentes liderados pelos Pires de Camargo, que mantinham fortes ataques à situação.

Para a intendência municipal de Sorocaba o grupo situacionista indicou entre outros o capitão José Dias de Arruda, o coronel Francisco Loureiro e o coronel José de Barros (ALMEIDA,2002,p.365).

Embora com opiniões divergentes, em 1906 esses grupos tiveram aparentemente suas questões resolvidas com o “congraçamento” do PRP em todo o Estado. Assim, os Pires de Camargo voltam a dominar a política local e o promotor Luís Pereira de Campos Vergueiro adere a essas forças políticas, comandando a política local a partir de 1911, quando foi eleito Deputado pela região e posteriormente Prefeito de Sorocaba (ALMEIDA,2002,p.369).

Como Prefeito de Sorocaba caracterizou sua administração com indiscriminada fraude eleitoral e usou de violência física para conservar seu mandato. Embora denunciado pelo promotor José Olímpio Dias, nunca chegou a ser pronunciado (PINTO JUNIOR,2003,p.87).

Campos Vergueiro era maçom, membro da Loja Perseverança III, uma das mais importantes instituições maçônicas do Estado de São Paulo na época, mas não comungava

com as aspirações propagadas pelos maçons que sempre defenderam a educação escolar, por entender que Sorocaba era uma cidade essencialmente operária, dizia que a população não necessitava de escolas secundárias nem de escola normal e que contando a cidade com grupos escolares, já era suficiente para a educação básica das crianças, além disso criticava a subvenção pública à escola noturna que a Loja maçônica mantinha, destinada aos trabalhadores (ALEIXO IRMÃO,1995,p.123).

O Partido Republicano Paulista (PRP) assume a liderança local com forte apoio da comunidade, principalmente porque Sorocaba há anos estava estacionada no âmbito educacional, inicia a partir de 1927 uma nova fase.

No governo de Júlio Prestes de Albuquerque assume a liderança em Sorocaba como Prefeito Municipal o Sr. João Machado de Araújo, apoiado por sorocabanos progressistas que lutavam pelo avanço educacional na cidade.

Vivera a cidade quase todo o período da chamada República Velha (1889/1930) sem contar com ginásio ou escola normal, fato atribuído à oposição da liderança local do PRP, exercida por Luís Pereira de Campos Vergueiro, a que uma terra de operários experimentasse, também, avanço educacional semelhante ao que ocorria em outras cidades paulistas.

O quadro somente foi alterado a partir de 1927. O novo presidente do Estado de São Paulo, Júlio Prestes de Albuquerque, era ligado por laços familiares à educadora Amélia César Machado de Araújo, casada com uma das mais importantes lideranças civis de Sorocaba na época, João Machado de Araújo. Isso tornou possível que o grupo de Machado de Araújo, que reunia sorocabanos progressistas, inconformados com o atraso educacional em que a cidade era mantida, conseguisse afastar os partidários de Vergueiro do Diretório do PRP, já em 1927, e, em, 1929, também da Câmara Municipal (FRIOLI,2004, p.195).

4.4 A EDUCAÇÃO EM SOROCABA

Sorocaba contava no final do Império com as seguintes escolas: Colégio Feminino Coração de Jesus (1886), Escola Alemã que atendia os imigrantes existentes na cidade (1886), Escola Teuto-Brasileira (1887), Colégio Neuberth (1890), Escola Americana,

Lyceu Municipal, Externato São Luiz e Escola Nocturna Perseverança III (1869), esta gratuita, destinada a alunos pobres e negros alforriados, mantida pela Maçonaria, fechada em 1874 e reaberta em 1896, depois da Proclamação da República²³ (MENON, 2000, p.132).

Em 1910, de acordo com a planta da cidade apresentada por Lucinda Ferreira Prestes, constam os 3 prédios onde funcionou o Grupo Escolar Antônio Padilha, a Escola Isolada do Professor Joaquim Izidoro Martins, o Gymnásio Sorocabano (1909) fechado em 1911 por causa da lei Rivadávia, Collégio Santa Escolástica (1908), Escola Isolada do Professor José de Azevedo Antunes e Scola Dante Aleghieri (MENON, 2000, p.201).

Em 1918 foi criado o Externato São Miguel, uma escola que se dedicava ao ensino gratuito às moças pobres da cidade e em 1924 a Escola Técnica do Comércio, sendo esta de caráter não confessional, criada no início do século XX que permanece em atividade até hoje, conhecida como OSE – Organização Sorocabana de Ensino, sempre foi voltada ao ensino profissionalizante. Poucas foram as escolas que sobreviveram desse período. Na República também cresce o número de escolas isoladas em bairros afastados, urbanos ou rurais.

A cidade transformava-se dia-a-dia com a vinda dos fazendeiros, principalmente os que cultivavam a laranja, quais montavam suas residências na área urbana e pleiteavam a escolarização básica e secundária para seus filhos, apoiando os progressistas preocupados com a expansão do ensino.

Os republicanos idealizavam colocar o país em ritmo de progresso e a educação tinha um papel importante, pois através dela podia-se preparar os cidadãos para a sustentação, defesa e engrandecimento de uma pátria livre.

²³ Maiores detalhes sobre essas escolas, bem com mapa ilustrativo com a localização das mesmas, ver Og Natal Menon em “A educação escolarizada em Sorocaba entre o Império e a República”.

Embora esse ideal fizesse parte do pensamento republicano local, haviam grupos com interesses pessoais que dominavam a cidade e que diante da nova ordem sentiam-se ameaçados, imaginando a perda do poder, então para se manterem em suas castas, dificultavam a democratização do ensino na cidade, colocando obstáculos sempre que uma nova idéia de expansão educacional surgia.

Na área educacional pública a cidade contava com escolas isoladas para atender a população da área rural e um grupo escolar, que recebeu o nome de “Antônio Padilha” em homenagem ao vereador Antônio Padilha de Camargo, que em 1896 sugeriu a criação do mesmo.

A criação do Grupo Escolar Antônio Padilha, em 28 de março de 1896, localizado entre as ruas do Theatro e das Flores, hoje, Brigadeiro Tobias e Monsenhor João Soares, foi considerado um avanço educacional de grande porte para Sorocaba, pois ali se instalara um ensino de qualidade, voltado a cultura geral, dentro de um espaço organizado, reunindo em um só lugar professores que tinham escolas masculinas e femininas num raio de 2Km do novo estabelecimento.

Diante dessa nova conquista a população sorocabana se orgulhava por possuir um local tão bem organizado para o ensino das crianças, contando com material didático, carteiras novas para todos os alunos, funcionários para limpeza, um diretor na administração geral e a possibilidade de um ensino graduado.

O reconhecimento ao esforço do poder público em abrir uma escola desse porte, foi notícia no jornal O 15 de Novembro, em seus editoriais dizendo: “ é a prova evidencial de que o governo, embora marcado com tantos compromissos, esquecendo mesmo a rigidez da crise que atravessamos, quer e esforça-se para erguer a instrução do povo a altura da dignidade dos paulistas” (MENON, 2000,p.141).

Embora o ideário republicano tivesse como principal objetivo a democratização do ensino, estendendo-se a educação para o povo, o Grupo Escolar Antônio Padilha não foi suficiente para atender a demanda de Sorocaba, deixando mais de 200 crianças fora da escola. Notou-se também, que os alunos ali matriculados, em sua maioria eram de famílias abastadas, com um certo poder aquisitivo e estavam relacionadas de alguma forma à Igreja e à Maçonaria, o que desfaz a idéia de escola popular.

A concorrência por uma vaga no Grupo Escolar entre a classe abastada da população e a pobre vai permanecer por longo tempo. Várias campanhas foram realizadas, envolvendo pais, educadores e jornalistas para a criação de um novo Grupo Escolar, como a realizada por João José da Silva, que redigiu um artigo, logo mais transcrito pelo “Estado de São Paulo” no qual, sob o título “Novo Grupo”, o velho jornalista encarecia a necessidade da criação de outro grupo escolar, em vista de faltar prédio grande para atender ao grande número de alunos (MENON, 2000, p.156).

Na busca por melhorias das instalações o Grupo Escolar Antônio Padilha, mudou-se em 1905 para outro prédio, localizado na rua das Flores, hoje, Monsenhor João Soares, mas o local também não era apropriado. Assim o Estado inicia em 1910 a construção de um prédio próprio e definitivo, localizado na rua Cesário Mota, que fora inaugurado em 1913, possibilitando o atendimento de 600 crianças (MENON, 2000,p.157).

Permanece ainda, a insuficiência de vagas para atender a população sorocabana, assim em 1914 foi criado o 2º Grupo Escolar denominado Visconde de Porto Seguro e em 1919 o 3º Grupo que recebeu o nome de Grupo Escolar Senador Vergueiro, no bairro do Além Ponte, que atendeu em sua maioria os filhos dos trabalhadores da indústria têxtil Santa Maria (MENON, 2000, p. 157).

O 4º Grupo no então Distrito de Votorantim, foi criado em 1925 e atualmente chama-se Escola Estadual Comendador Pereira Inácio e o 5º Grupo Escolar, também criado em 1925 no bairro de Santa Rosália recebeu o nome de Grupo Escolar de Santa Rosália.

Sorocaba nas primeiras décadas da República, vai assumindo um novo perfil, com as indústrias têxteis funcionando a todo vapor, surgimento de novas indústrias de diferentes ramos, comércio e oferta de serviços se propagando, a população se expandindo, principalmente com a vinda de operários de diversas localidades do Estado.

A cidade tornou-se promissora, atraindo não só migrantes como imigrantes que chegavam ao Brasil em busca de novas perspectivas financeiras, entre eles os espanhóis, italianos, alemães e japoneses, que aqui se instalaram com suas famílias dispondo-se em diversos setores, principalmente no comércio e na lavoura.

Com toda essa transformação o aumento populacional foi um dos fatores que levou os sorocabanos a reivindicar um número maior de vagas em escolas públicas, que pudesse atender a nova demanda. Embora Sorocaba em 1925 contasse com cinco Grupos Escolares era notória a necessidade de expansão dos mesmos.

A falta de professores capacitados para reger as classes dos grupos escolares já se evidenciava gerando preocupação por parte dos governantes.

Por outro lado, a população reivindicava a possibilidade de continuação dos estudos de seus filhos na cidade após o primário, pois poucos tinham condições de se transferirem para outra cidade ou mesmo de subsidiar a permanência dos jovens em outra localidade.

Os que tinham melhores condições financeiras se mudavam para outras cidades como: Itapetininga, Campinas e São Paulo, a fim de possibilitar a continuidade da escolarização, entre eles João Clímaco de Camargo Pires, Carlos Malheiros Oeterer e Joaquim Firmiano de Camargo Pires.

Reivindicação que não era nova, pois desde a fundação do jornal Cruzeiro do Sul em 1903, moradores da cidade próximos ou correligionários do grupo dissidente do PRP vinham a público com artigos, criticando a falta de escolas em Sorocaba. Comparando seu

centro urbano com outros do estado de São Paulo, os moradores locais que defendiam a abertura de mais vagas de educação primária e a implantação da educação ginásial e secundária, estranhavam que cidades de menor progresso econômico e social já contavam com escolas normais.

Sem acontecer uma mudança significativa no quadro da educação sorocabana até o início da década de 1910, uma campanha que reivindicava a instalação de uma Escola Normal na cidade, mobilizou grupos numerosos de moradores em 1912. Contudo, a grande mobilização social não conquistou seu objetivo. O então deputado estadual Luiz Pereira de Campos Vergueiro, maior líder do PRP sorocabano, não atuou na Assembléia Legislativa do estado, como havia se comprometido perante a Câmara Municipal local, em defesa da expansão do ensino público na cidade (PINTO JUNIOR, 2003, p. 177).

Em outubro de 1927 com a formação do novo diretório do PRP, os líderes políticos João Padilha de Camargo, João Ferreira da Silva, Renato Mascarenhas, João Cândio Pereira e Gustavo Scherepel ligados à maçonaria, juntamente com lideranças independentes, analisaram com a Câmara Municipal a possibilidade de criação de um Ginásio Municipal, que atendesse as reivindicações da população e que certamente evitaria a transferência das famílias sorocabanas para outras localidades.

Assim, em 3 de dezembro de 1927, foi promulgada a lei nº 204 que criava o Ginásio prevendo a sua instalação e manutenção a cargo do município com recursos orçamentários próprios, ato do sr. Jorge Moyses Betti, Prefeito Municipal na época.

Embora as expectativas aumentassem com relação a liberação de verbas que colocariam o Ginásio Municipal em funcionamento já no início de 1928, a Câmara que tinha Vergueiro como líder se reuniu estabelecendo a suspensão da aplicação da lei que o criara, dizendo para aguardar melhor oportunidade.

Mais uma vez a população sorocabana assistiu a imposição de Vergueiro, que trancou as esperanças de expansão educacional na cidade.

Diante da impossibilidade legal e de acordo com a documentação do acervo da loja maçônica Perseverança III de Sorocaba, Renato Mascarenhas e João Ferreira da Silva lançaram a idéia de que o Ginásio fosse acolhido pela Perseverança III, a fim de colocá-lo em funcionamento até que se resolvessem as questões políticas de entrave.

A brilhante idéia desses maçons resultou em aprovação geral dos membros da Loja que oficializam o oferecimento do prédio onde funcionavam as suas escolas noturnas para a instalação do Ginásio:

Ainda na referida sessão do dia 31 de outubro o respeitável mestre aplaude e louva a idéia da fundação do Ginásio Municipal, e acolhendo idéia de Renato Mascarenhas e João Ferreira da Silva, oferece o prédio das nossas Escolas para o Ginásio Municipal funcionar, “ mandando que o Secretário lê-se o ofício que a esta autoridade municipal foi enviado naquele sentido” , já referido.

Nota: Na sessão de 28 de novembro o Resp. presidente “ pede ao irmão Secretário informações sobre o ofício que esta respeitável Loja enviou ao prefeito municipal pondo a sua disposição para a instalação do Ginásio Municipal de Sorocaba as tres salas das nossas Escolas. O Secretário informou que o ofício tem data de 27 de outubro do corrente ano, copiado à fls 170 do Copiador nº 55. Foi expedido no dia seguinte, registrado pelo correio sob o número 11.758 e até a presente data não houve por parte do destinatário nem a acusação do recebimento” (ALEIXO IRMÃO, 1994, p.543).

O mesmo autor indica:

Na sessão de 13 de fevereiro, o

Pod. Ir. Renato Mascarenhas, diz que, como já era do conhecimento da Loj., o actual Directório do Partido Republicano Paulista, nesta cidade, há muito que vem se empenhando pela criação de um Gynásio em Sorocaba, idéia aventada pelo mesmo Directório e que veio ao encontro à justa aspiração da população desta cidade, que pela sua grandesa devia possuir um estabelecimento superior de ensino, há muitos anos, não fosse a infeliz diretriz seguida pelos que, até há pouco, desgovernaram o município. Acontece que, tendo a Perseverança III, num nobre gesto, offerecido à Câmara Municipal, os altos do prédio onde funcionam as escolas nocturnas que esta Loj. sempre manteve, para nelle funcionar gratuitamente o Gynásio, a Câmara Municipal, ou melhor, o Executivo dessa mesma Câmara, procedendo de uma forma que aberra a todos os deveres, mesmo o de mera cortezia, deixou de accusar o recebimento da offerta. Tendo sido incumbido pelo Directório, era o portador verbal do pedido que o mesmo Directório fazia, da concessão do mesmo local e para o mesmo fim, uma vez que o Gynásio está em vias de ser instalado.

Pelo Resp. Mestr. Foi posto em discussão o pedido que se acabava de ser feito. Tendo reinado silêncio no Temp. o Resp. mestr. Submeteu à votos sendo por unanimidade concedido (ALEIXO IRMÃO, 1994, p.549) .

Diante da oferta recebida o então prefeito João Machado de Araújo, que acabara de assumir o cargo agradece a Benemerita Loja, instalando em suas dependências localizadas na esquina da rua São Bento com a rua Barão do Rio Branco, o Ginásio que através de lei fora municipalizado juntamente com a criação da Escola Normal.

O prefeito João Machado de Araújo agradece à P III o apoio.

Illmos Snrs. Venerável e mais membros da Augusta e Benemerita Loja, Perseverança III.

Venho hoje a presença dessa Augusta e Benemerita Loja, para cumprir o gratíssimo dever de agradecer os relevantes serviços, prestados por essa importante sociedade, a causa da instrução, concorrendo com o auxílio valioso e desinteressado para que a idéia da criação de um Gymnasio e de uma Escola Noturna neste município não perecesse, antes se tornasse na mais palpitante das realidades.

Primeiro Director do “Gymnasio Municipal de Sorocaba” e hoje Prefeito Municipal, venho trazer o meu duplo agradecimento, de cidadão, que encontrou, no momento preciso, o apoio material e valioso da realização de tão grande empreendimento, e, de governador da Cidade, em nome do povo beneficiado, o apoio, que lhe foi prestado por essa útil instituição, cujo nome está ligado a tantos e tão grandes actos de benemerência e que, no momento propício, poz á disposição do Gymnasio o seu prédio a rua Barão do Rio Branco com o material escolar, que nelle existia, para o funcionamento desta casa de ensino – sem ônus de qualquer espécie, pelo tempo que preciso fosse.

Aproveito ainda oportunidade para patentear o meu reconhecimento pelas felicitações que enviou-me por intermédio da distincta comissão composta dos snrs. Manoel Affonso, dr. Júlio Bierrenbach de Lima e José Rodrigues Filho, no dia em que a Escola Normal Livre, de Sorocaba, iniciou o seu curso regular e official.

Apresento a V.Sas. os protestos da mais distincta e elevada considerção.

João Machado de Araújo

Prefeito Municipal (ALEIXO IRMÃO, 1994, p.550)

4.5 A ESCOLA NORMAL LIVRE DE SOROCABA

Toma forma a educação pública secundária em Sorocaba, que, apesar de poucos estabelecimentos de ensino, buscava, arduamente, a expansão educacional qual se fazia necessária para atender a população local.

Era o progresso lutando contra os entraves políticos quais, felizmente, encontraram respaldos no diretório do PRP e puderam contar com o apoio da maçonaria para que o plano educacional proposto não desmoronasse diante dos obstáculos que se apresentaram.

O ano de 1929 ficou marcado pela atuação da administração pública à serviço da educação. Somente em 1929 se firmou a instrução secundária. Sendo prefeito o Dr. João Machado, fundaram-se o Ginásio, a Normal e a Profissional.

Em 1913 havia cerca de 2.500 alunos das escolas primárias, apenas 1 Grupo Escolar, o “Antônio Padilha”.

Em 1950, 14.000, incluindo os graus ginasial e colegial, havendo 10 Grupos Escolares (ALMEIDA, 2002, p.401).

O Partido Republicano Paulista era liderado por Luís Pereira de Campos Vergueiro que, apesar de ser um homem evoluído em certos assuntos, principalmente os políticos, não era sensível à criação do ensino secundário e, muito menos, do ensino normal.

O vergueirismo que reinou na política sorocabana por décadas, impedia o crescimento educacional tão almejado pela população. Ele considerava que Sorocaba precisava muito mais de escolas profissionais, fato este que se deve ter atribuído pelo emergente ciclo industrial qual se iniciava.

Porém, com a eleição de Júlio Prestes ao governo do Estado, o quadro político sorocabano vai transformando-se pouco a pouco, visto que, diante do apoio dado aos peerrepistas de Sorocaba, um novo acordo se estabelecia.

O governo do Estado propôs, então, que, se o vergueirismo fosse derrotado na cidade, o PRP teria total apoio para a instalação de uma Escola Profissional e verbas destinadas a criação do Ginásio e Escola Normal.

Nas eleições de 1928, o PRP saiu vitorioso, a Câmara vergueirista deixa o poder e é substituída integralmente por vereadores favoráveis à causa do Ginásio: João Ferreira da

Silva, Luís da Silva Oliveira, Isaac Pacheco, João Machado de Araújo, João Cândio Pereira, Simpliciano de Almeida, Manoel Ferreira Leão e Anibal da Costa Dias. Empossada em 15 de janeiro de 1929, elegeu João Ferreira da Silva como presidente e escolheu João Machado de Araújo e Simplicino de Almeida como prefeito e vice, assim, Júlio Prestes cumpre sua palavra e subsidia a instalação das escolas acordadas anteriormente: o Ginásio, atual E. E. Dr. Júlio Prestes de Albuquerque, a Escola Normal, atual E. M. Dr. Getúlio Vargas e a Escola Profissional, atual E. E. T. Prof. Rubens de Faria e Souza (FRIOLI, 2004, p. 188).

A instalação inicial da Escola Normal Livre de Sorocaba contou com o apoio da maçonaria, a qual ofereceu seu prédio na rua São Bento, esquina com a rua Barão do Rio Branco, onde funcionava o Externato Sorocabano, hoje, sede da loja Perseverança III.

Assim, Sorocaba deu um grande passo para a expansão educacional da cidade, fato este comemorado amplamente pela população, que não mais se deslocaria para complementar os estudos de seus filhos.

Os primeiros sorocabanos normalistas foram Escolástica Rosa de Almeida (1886) e Joaquim Isidoro (1887), formados pela Escola Normal da Praça, em São Paulo.

Com a abertura da Escola Normal Livre de Sorocaba, em 1º de março de 1929, têm início as aulas no dia 6 de março do mesmo ano. Contava com as seguintes disciplinas: Francês, Arithmética, Desenho, Música, Geografia, Álgebra, Português e Calligrafia, Trabalhos Manuais e Gymnastica.

Os primeiros professores foram: Alda V. de Paiva Vieira, Accacia Wey, Renato Seneca Fleury, José Per^a Fonseca Júnior, entre outros.

A direção ficou a cargo de Antônio Funes e a fiscalização era de Genésio Machado, Inspetor Geral, conforme consta na primeira página do livro ponto da referida escola, onde

se observa um erro que passou despercebido até mesmo pelo fiscal, quando no dia 8 de março registrou o ano de 1927, ao invés de 1929²⁴.

Com a instalação da Escola Normal Livre de Sorocaba, a cidade passa a ser geradora de professores normalistas, aptos para o exercício do magistério, proporcionando num futuro próximo a expansão de novos grupos escolares, bem como fornecendo pessoal especializado para trabalhar nas escolas rurais e isoladas.

Para ingressarem na Escola Normal os candidatos passaram por um exame de admissão, cuja relação dos nomes dos primeiros alunos aprovados foi publicada no jornal Cruzeiro do Sul em 6 de março de 1929, conforme a seguinte ordem: Anna Rogick Rego, Guiomar Micelli, Maria Glória Barros, Lucia Yolanda Campos Maia, Luzia Caracante, Amelia Rodrigues, Marta Oliveira, Alcelina Amelia da Costa, Idayty Madureira, Leonor Mascarenhas Queiróz, Maria Glória Barros Rodrigues, Philomena Micelli, Basilisa Oliveira Lima, Anna Rita de Moraes, Maria Helena Fleury, Maria Syria Morad, Guiomar Verano, Maria Conceição Neves, Anna Vieira de Cunto, Dail Araújo Gonçalves, Esther Teresa Bernardes, Dulce Augusto de Almeida, Eliziaria Fontão de Almeida, Olga Escobar Ferraz, Eneas Verano, Desolina de Souza, Dulcina Martina, Francisca Paula Veneziana Contieri, Mafalda Bernardi, Laiza Colombo, Angela Mafalda Bernardi, Maria da Conceição Arruda, Aracy Grohmann, Dulce Diva Leite, Maria de Jesus Rocha, Iracema Conceição Corrêa, Diva Durski, Alzira Pasini, Silas Soares Monteiro, Maria Aparecida Rosas, Maria de Lourdes Rocha, Maria Dyonisia de Souza, Maria Sewaybricker, Yolanda de Castro, Jacyra de Campos, Innes Pannunzio, Anna Candida Carvalho Moraes, Hilda Menezes e Adelina Pannunzio.

²⁴ Cf. página do livro ponto, arquivo na escola, anexo III.

Há de se observar que a listagem dos nomes dos alunos aprovados é composta em sua maioria por mulheres que encontraram no magistério a carreira de maior identificação com a sua condição feminina, visto que, mesmo ministrando aulas nos grupos escolares, ainda ficavam com boa parte de seu tempo livre para se dedicarem a outras funções, inclusive às referentes ao lar e a educação de seus filhos.

Também notamos pela identificação dos sobrenomes e registros da escola que a primeira turma de alunos foi formada por filhos de fazendeiros, comerciantes prósperos e de políticos influentes da cidade e região, dando uma conotação elitista à Escola Normal de Sorocaba, que embora sendo municipal cobrava taxas tanto para a matrícula como mensais, o que já prenunciava uma clientela com maior poder aquisitivo.

Com a aprovação da Lei n.º 209 que municipalizou o Ginásio e a Escola Normal, estes foram transferidos para o prédio da rua Dr. Álvaro Soares onde, hoje, funciona a sede do Estrada de Ferro Sorocabana Futebol Clube, permanecendo aí até 1936, quando se transferiram para a Avenida Dr. Eugênio Salerno, em um terreno doado por Alberto Trujillo à Associação da Campanha Pró Prédio Normal e Gymnásio de Sorocaba, representada pelos seus diretores: Coronel Vicente Amaral, Apparício Mascarenhas e Abdiel Lopes Monteiro, que o ofereceu à Prefeitura Municipal de Sorocaba para instalação das referidas escolas²⁵.

Com o passar dos anos, novos grupos escolares foram instalados em Sorocaba como: Grupo Escolar Baltasar Fernandes (1932), Grupo Escolar Monsenhor João Soares (1936), Grupo Escolar Brigadeiro Tobias (1936), Grupo Escolar Árvore Grande (1938), Grupo

²⁵ Conforme anexo IV.

Escolar Dr. Afonso Vergueiro (1949) e Grupo Escolar da Vila Barcelona (1950), absorvendo os normalistas formados pela Escola Normal Livre de Sorocaba²⁶.

A Escola Normal Livre de Sorocaba foi a célula mãe que gerou professores capacitados não só para Sorocaba como também para toda a região, tornando o ensino primário e secundário possível a grande parte da população.

²⁶ O curso normal permaneceu até 2003, quando formou a sua última turma, e atualmente, a escola funciona com o nome de Escola Municipal “Dr. Getúlio Vargas”, mantendo apenas os cursos de 1º e 2º graus.

CONCLUSÃO

A passagem do período imperial ao início do período republicano representou um grande avanço nas questões educacionais, sendo que no Império, em 1827, instituiu-se as escolas de primeiras letras onde o poder central deixou a cargo das Províncias a criação e manutenção das mesmas, que foram sendo instaladas e mantidas de acordo com as possibilidades regionais, sem contar com qualquer diretriz geral para se orientarem e com uma organização escolar precária.

Já no período republicano, em 1893, com o Regulamento da Instrução Pública, o ensino elementar dividiu-se em Curso Preliminar, obrigatório dos 7 ao 15 anos e Curso Complementar, na intenção de dar continuidade aos estudos após o Curso Preliminar.

Para os republicanos a educação era um instrumento importante para a construção de um Estado democrático, capaz de oferecer uma formação política a todos os cidadãos.

Os reformadores da instrução pública paulista defendiam a criação e manutenção das escolas de todos os níveis sob a responsabilidade do Estado, embora garantissem também a liberdade de ensino.

A estruturação do ensino primário estava intimamente ligada às questões da formação do professor, assim, a valorização do ensino público primário e a formação específica para os professores foram objetos de discussões durante a Primeira República.

Na busca pelos padrões de ensino que já eram aplicados nos países mais desenvolvidos como os da Europa e das Américas, a Escola Normal almejava oferecer uma educação integral, mas não conseguia ir além do ensino enciclopédico.

Embora com sucessivas reformas tanto a nível federal como estadual, a fim de organizar o ensino em diferentes níveis, a dependência cultural de modelos importados evidenciava-se através de uma instrução teórica sem conexão com a realidade brasileira.

No início do séc.XX com o ideal republicano de democratização do ensino, visando erradicar o analfabetismo no país, o Estado ampliou o número de escolas públicas primárias, o que influenciou diretamente na expansão das Escolas Normais que seriam geradoras de professores primários especializados.

Na impossibilidade financeira de se estender o mesmo padrão atribuído à Escola Normal da Capital às Escolas Normais do interior do Estado, a criação de Escolas Normais Livres, a partir de 1927, mantidas pelos municípios ou por particulares foi a solução encontrada para o atendimento da demanda vigente, podendo instalar-se em localidades onde não houvesse ainda Escolas Normais oficiais.

Conforme a Lei nº. 2269 aprovada em 31/12/1927, abriu-se novas possibilidades de expansão das Escolas Normais Livres em diversas localidades estabelecendo-se critérios para equipara-las às normais oficiais.

Assim em 1928, várias cidades conseguiram a equiparação das suas Escolas Normais Livres às Escolas Normais oficiais, entre elas: Rio Claro, Campinas, Tietê, Araraquara, Jaboticabal, Ribeirão Preto, Batatais, Franca, São Simão, Amparo, Santos, Bauru, Guaratinguetá, Piracicaba, Lorena, Jaú, Itú, Mogi Mirim, Limeira, Jundiaí e Pindamonhangaba.

A população da cidade de Sorocaba já vinha reivindicando desde 1912 a instalação de uma Escola Normal, mas não encontrou apoio político na época que pudesse levar adiante esse projeto.

A educação em Sorocaba no final do Império se restringia, em sua maioria, em escolas particulares, atendendo aos interesses da elite, foi somente nas primeiras décadas do séc.XX que o ensino público primário se formata com a criação dos Grupos Escolares, para atender a demanda de alunos provenientes da expansão populacional da cidade.

As duas primeiras décadas do século XX marcaram a transformação da cidade de Sorocaba, atraindo migrantes rurais e imigrantes que chegavam ao Brasil em busca de trabalho, por ser considerada uma cidade progressista, com um certo desenvolvimento agro-industrial que abria novas frentes de trabalho, sem contar com a vinda dos fazendeiros, principalmente os que cultivavam laranja, que transferiram suas residências para a área urbana central da cidade.

Assim, com esse novo contingente populacional, cresceu a expectativa de expansão do ensino público para atender a nova demanda, não só o ensino primário, mas principalmente o secundário e conseqüentemente o ensino normal, que forneceria professores especializados para trabalharem nos grupos escolares.

Até 1928 quem completasse o ensino primário tinha seus estudos truncados, pois a cidade não oferecia condições de continuidade dos mesmos, exceto àqueles de melhores condições financeiras que mudavam-se para outras cidades como: Campinas, Itapetininga e São Paulo, afim de possibilitar a complementação dos estudos de seus filhos.

No decorrer do trabalho nota-se a presença marcante do “vergueirismo” em Sorocaba, ou seja, o domínio da liderança política local do PRP, onde Luis Pereira de Campos Vergueiro, líder republicano, era contrário a expansão educacional da cidade, por entendê-la como desnecessária, visto que somente a educação básica das crianças já seria suficiente, uma vez que a cidade era essencialmente operária.

Com os entraves políticos que impediam a expansão educacional, a cidade ficou por muitos anos estagnada nesse campo, e somente com a mudança da liderança política ocorrida nas eleições de 1928, onde republicanos progressistas e sensíveis às causas educacionais assumiram o poder, elegendo João Machado de Araújo como Prefeito de Sorocaba é que as lutas pela criação do Ginásio Municipal e Escola Normal encontram de fato apoio político, atendendo às reivindicações almejadas a muito tempo pela população sorocabana.

A Escola Normal Livre de Sorocaba, criada em 1929, representou a realização concreta dos anseios da população sorocabana quanto ao sequenciamento dos estudos que até então, só contava com o ensino primário, embora essa reivindicação, de acordo com a documentação encontrada, já estivera presente desde 1912, quando houve uma grande mobilização social buscando a sua criação, mas não encontrando apoio político necessário em defesa da expansão do ensino público.

Para entender as razões de sua instalação na cidade, se fez necessário uma breve retrospectiva histórica que evidenciasse as necessidades locais, visto a expansão urbana da época.

Na década de vinte, o êxodo das famílias sorocabanas para outras cidades e a premente limitação de continuidade dos estudos eram pontos de relevância que não mais condiziam com uma cidade do porte de Sorocaba, sendo objeto de estudo dos republicanos progressistas locais a fim de encontrar os meios para a expansão educacional como um todo, não só quanto a abertura de novos grupos escolares, mas também que possibilitasse a continuidade dos estudos secundários e normal que há muito se fazia necessário, a exemplo de outras cidades como Campinas e Itapetininga.

Quanto a sua clientela, as escolas normais em geral, atraíram grande número de rapazes e principalmente de moças que não só buscavam uma qualificação para o magistério, mas também aquisição de uma cultura geral que lhes dariam distinção dentro de uma sociedade tradicional, indispensável para o desempenho de inúmeras atividades.

A Escola Normal Livre de Sorocaba também estava inserida nesse contexto, sendo que os alunos almejavam ingressar no magistério oficial ou particular, preparo cultural para exercer outras atividades ocupacionais, melhor preparo para o ensino superior ou simplesmente no caso das moças, referencial para um bom desempenho doméstico dentro do casamento.

Embora fosse uma escola municipal, havia cobrança de taxas pertinentes à matrícula e mensalidades, nos evidenciando que para freqüentar a Escola Normal Livre de Sorocaba os alunos deveriam ter uma certa condição financeira, assim, nos revela como uma escola voltada à elite sorocabana.

Embora seu papel principal fosse a qualificação de docentes para o exercício do magistério, o que lhe dava um caráter profissional, o currículo implantado inicialmente deixou muito à desejar, pois contava apenas com disciplinas de cultura geral, o que contraria a Lei nº 2269, de 31/12/1927, que criou as escolas normais livres, estabelecendo critérios para a sua instalação e equiparação às normais oficiais, dentre eles menciona claramente que os cursos e programas dessas escolas deveriam ser organizados de acordo com os das escolas normais oficiais.

Seguindo esses parâmetros retomamos a grade curricular oficial estabelecida em 1927 onde encontramos as disciplinas de Psicologia, Pedagogia e Didática, verificando-se na documentação da escola normal de Sorocaba que essas disciplinas não faziam parte do primeiro currículo proposto.

Mesmo assim, a concretização de sua implantação foi motivo de comemoração e orgulho dos sorocabanos, pois a cidade passou a ser geradora de professores normalistas, capacitando-os para o exercício do magistério e que seriam contratados para atender os Ginásios e os novos Grupos Escolares a serem instalados na cidade e na região.

Quanto ao currículo, a sua adequação aos fins profissionalizantes em que a escola se pautava, foi sendo remodelado gradativamente, até se tornar compatível com a formação desejada.

Quero registrar aqui a minha enorme satisfação na realização dessa pesquisa, que me possibilitou resgatar uma parte da história de Sorocaba, voltando-me à área educacional, buscando através de análises de alguns aspectos sociais, políticos e educacionais que permeavam o início do período republicano, bem como a retrospectiva de pontos importantes sobre o ensino normal, entender em que bases a Escola Normal Livre de Sorocaba foi criada.

Espero ter conseguido atingir os objetivos a que me propus inicialmente e que esse trabalho tenha contribuído de alguma forma para incentivar novas pesquisas dando continuidade ao tema, levantando as transformações que esse curso normal sofreu no decorrer dos anos até 2003 quando formou a sua última turma de professores normalistas.

ANEXO I

Lei nº 204

C^o prof. Jorge Moyses Betti, Prefeito Municipal de Irecema, etc.

Para saber que a Câmara Municipal, em sua sessão de 25 de Novembro, ultimo deitou e elle promulga a lei seguinte:

Camargo Pinheiro

Artigo 1º: Fica criada nesta cidade de Sorocaba, um Gymnasio Municipal de Sorocaba, mantido pelos repes municipais, assim como pelos doativos e subvenções que porventura venham a se lhe fazer.

Artigo 2º: Esse Gymnasio, que funcionará na conformidade do regimento interno que for elaborado pela Congregação e approved na forma da Lei Federal do Ensino, adoptará o programma do Colégio Paro II.

Artigo 3º: Effectivada a fundação do Gymnasio dentro de 90 dias após a promulgação da presente Lei, a Camara Municipal providenciara' immediatamente no sentido de sua equiparação, assumindo os encargos decorrentes do Capitulo X do Decreto n. 16.782-A de 13 de Janeiro de 1928.

Artigo 4º: Para os effectos desta Lei e para a instalação provisoria do Gymnasio, si a Camara julgar conveniente, podera', mediante accordo previo, aproveitar as installações, mobiliario, material, etc. de qualquer dos estabelecimentos de ensino existentes nesta Cidade.

Artigo 5º: O corpo docente, que se compo'ra' de leites (professores cathedra'ticos) e de professor de desenho, sera' nomeado de accordo com o que dispõe a Lei de organização municipal por occasião da installação do Gymnasio.

§ 1º: A Congregação do Gymnasio Municipal e' co'posta pelos professores cathedra'ticos em exercicio do ensino.

§ 2º: O respectivo Director, sera' eleito por maioria absoluta de votos pela Congregação, devendo a escolha recahir em um de seus membros.

§ 3º: Ao corpo docente fica assegurada plena au-

função didáctica, dentro dos limites do programma do Collegio Pedro II e, das leis que regulam o ensino secundario.

§ 1º Os componentes do corpo docente, só poderão ser exonrados mediante processo administrativo, devendo, ser conservados enquanto bem servirem e enquanto o Gymnasio funcionar com o caracter municipal.

§ 5º Os vencimentos mensaes dos Catedraticos e professores terão por base o numero de matérias leccionadas, sendo de 250000 mensaes para uma só matéria e mais 150000 mensaes para cada matéria que accrescer.

§ 6º O catedratico que exercer as funções de Director, terá uma gratificação adicional de 100000 mensaes.

Artigo 6º: O pessoal administrativo do Gymnasio, será nomeado pelo Prefeito de acordo com a lei, sendo conservados no exercicio de seus cargos enquanto bem servirem.

§ Quinto. Os vencimentos mensaes do Secretario, que accumulará as funções de Bibliotecario, serão de 300000, e os do porteiro serão de 150000.

Artigo 7º: Conforme o desenvolvimento e as necessidades graduativas do ensino, os vencimentos estabelecidos na presente lei poderão ser revistos e augmentados.

Artigo 8º: Para a execução desta lei fica desde já aberto a Prefeitura o credito de 6000000, destinando a prover o funcionamento do Gymnasio Municipal, no seu 1º anno de curso e referente ao exercicio financeiro de 1928.

Artigo 9º: Revogam-se as disposições em contrario, entrando a presente lei em vigor na data de sua

publicação.

publicações.

Ao Secretário da Câmara e da Prefeitura para
a necessária publicação.

1. Ao Secretário da Câmara e da Prefeitura para a necessária publicação.

1 Jornada, 3 de Dezembro de 1927.

(C) *Profito municipal*

George Myers Betts

Publicada na data supra

Secretary.

F. Camargo Cesar

ANEXO II

Lei nº 209

(Projeto nº 1) de 1919

O cidadão João Machado de Araújo, Prefeito Municipal de Sorocaba, etc.

Faz saber que a Câmara Municipal, em sua sessão de 15 de janeiro corrente, discutiu e elle promulga a lei seguinte:

Art. 1º — Es municipalidade e actual estabelecimento de ensino secundario denominado Gymnasio Municipal Sorocabano digo de Sorocaba, que passa, sob a mesma denominação, a ser mantido pelos cofres municipaes, assim como pelos doatarios e subscricoes que porventura penham a ser lhe feitos e ainda pelo producto das taxas que forem cobradas no termos desta lei.

Art. 2º — Esse gymnasio, que funcionará na conformidade de regulamento interno que for elaborado pela Congregação e approved na forma da lei federal de ensino, adaptará o programma do Collegio Pedro II.

Art. 3º — A Câmara Municipal de Senecala providenciará immediatamente no sentido da equiparação do gymnasio, para o que assume os encargos decorrentes do Capitulo X do Decreto n.º 16782-A, de 13 de Janeiro de 1925.

Art. 4º — O corpo docente, composto de leutes (professores cathedráticos) e de professor de desenho, fica constituído por todos os membros que já o compõem actualmente, mas ficando em disponibilidade os que porventura exerciam cargos públicos, ou quando venham a exercer os cargos em que os incompatibilissem para o exercício de magisteris.

§ 1º — Municipalisado o gymnasio, as vagas que se verificarem no corpo docente serão providas por concurso nos termos da legislação federal de ensino.

§ 2º — A direcção do gymnasio é constituída pelos professores cathedráticos em effectivo exercício de ensino.

§ 3º — O director será nomeado pelo Prefeito Municipal, podendo a escolha recahir num dos membros do corpo docente ou sobre pessoa de merecida satranha, desde que seja de notoria competência.

§ 4º — O corpo docente fica assegurada plena autonomia didáctica, dentro dos limites do programma do Colégio Pedro II e das leis que regulam o ensino secundário.

§ 5º — Os componentes do corpo docente só poderão ser exonrados mediante processo administrativo, devendo os interessados enquanto tem tempo, salto o caso de reforma da lei federal de ensino que venha impedir o funcionamento do gymnasio, ou este tenha que se fechar por falta de frequência.

§ 6º — Os vencimentos mensaes do director, leutes, professores e funcionários constarão da tabella que for

organizada pela Prefeitura e approvada pela ^{Legislação} Câmara.
 § 7º — Os prefeitos, vereadores e outros e professores em effectiva requisição de suas funções, annos e funcionários administrativos em pleno exercício dos seus cargos, salis e com de subsistia que os afaste, tanto a estes como aquelles, dos seus serviços, comprehendidos por attidade medica, supponha esta que sera regulada pelo regulamento interno.

Art. 5º — O pessoal administrativo do gymnasio sera nomeado pelo Prefeito Municipal, sendo os respectivos funcionarios remunerados por exercicio de cargo emquanto leia servirem.

Art. 6º — Fica creada a Escola Normal Livre de Jorocata, annexa ao Gymnasio Municipal, a qual funcionara de accordo com a lei estadual de ensino.

Art. 7º — A Camara Municipal de Jorocata, assumira todos os encargos decorrentes da creação da Escola Normal Livre e constantes da lei estadual n.º 2269, de 31 de Fevereiro de 1927, que reformou a estrutura publica do Estado.

Art. 8º — O corpo docente da Escola Normal Livre sera o mesmo do Gymnasio Municipal e se compoera ainda dos professores que o Prefeito nomear para o ensino de gymnastica, Tratatados Manuais e Musica.

Art. 9º — Os taxas de matriculas, frequencia e exames de admissoes ao Gymnasio Municipal e a Escola Normal Livre, constarao tambem de tabelas a serem organizadas pela Prefeitura e approvadas pela Camara, devendo todas as taxas ser as mais medicas possiveis e nao podendo a municipalidade fazer outros estabelecimentos fontes de renda com fins de lucros.

§ unico — Aos menores pobres, de ambos os sexos, quando orphaos, ou quando filhos em tutella de pessoas que nao possuam renda propria, a 300\$000.

mesmas; e quães tenham demonstrado gosto pelas lettras e applicação ao estudo, com pouco faltarão da frequência, a Prefeitura poderá conceder dispensa de horas de matriculas, frequencia e exames, não produzindo o numero de lugares destinados a estes alumnos gratuitos por supor-se a der que cada serie nos dois estabelecimentos a que se refere a presente lei.

Art. 10 — Fica a Prefeitura autorizada a abrir os necessarios creditos para a manutenção e funcionamento desses estabelecimentos, no exercicio corrente.

Art. 11º — Revogam-se as disposições em contrario, entrando a presente lei em vigor na data da sua publicação.

Do Secretario da Camara e da Prefeitura para a necessaria publicação.

Somalia, 16 de Janeiro de 1919

O Prefeito Municipal — João Machado de Araujo

Publicada na data supra.

O Secretario — Baltazar de Almeida

TRANSCRIÇÃO DA LEI N.º 209

O cidadão João Machado de Araújo, Prefeito Municipal de Sorocaba, etc.

Faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 15 de Janeiro corrente, decretou e elle promulga a lei seguinte:

Art. 1º - É municipalizado o actual estabelecimento de ensino secundario denominado Gymnasio Municipal Sorocabano digo de Sorocaba, que passa sob a mesma denominação, a ser mantido pelos cofres municipaes, assim como pelos donativos e subvenções que por ventura venham a ser lhe feitos e ainda pelo producto das taxas que forem cobradas nos termos desta lei.

Art. 2º - Esse Gymnasio , que funccionara em conformidade de regulamento interno que for elaborado pela Congregação e approved na forma da lei federal do ensino, adaptará o programma do Collegio Pedro II.

Art. 3º - A Câmara Municipal de Sorocaba providenciará immediatamente no sentido da equiparação do Gymnasio, para o que assume os encargos decorrentes do Capitulo X do Decreto n.º 16.752 – A, de 13 de Janeiro de 1925.

Art.4º - O corpo docente, composto de lentes (professores cathedraticos) e de professores de desenho, fica constituido por todos os membros que já o compoem actualmente, mas ficando em disponibilidade os que por ventura exerçam cargos públicos ou quando venham a exercer os cargos esses que os incompatibilizem para o exercicio do magistério.

§ 1º - Municipalizado o gymnasio as vagas que se verificarem no corpo docente serão providas por Concurso, nos termos da legislação federal do ensino.

§ 2º - A congregação do gymnasio é constituída pelos professores cathedraticos em effetivo exercicio do ensino.

§ 3º - O director será nomeado pelo Prefeito Municipal, podendo a escolha recahir num dos membros do corpo docente ou sobre pessoa ao mesmo extranha desde que seja de notória competencia.

§ 4º - Ao corpo docente fica assegurada plena autonomia didactica, dentro dos limites do programma do Collegio Pedro II e das leis que regulam o ensino secundario.

§ 5º - Os componentes do corpo docente só poderão ser exonerados mediante processo administrativo, devendo ser conservados enquanto bem servirem , salvo o caso de reforma da lei federal do ensino que venha impedir o funcionamento do gymnasio ou este tenha que se fechar por falta de frequência.

§ 6º - Os vencimentos mensaes do director, lentes, professores e funcionarios constarão na tabella que for organizada pela Prefeitura e approvada pela Câmara.

§ 7º - Só perceberão vencimentos os lentes e professores em effetiva regencia de suas cadeiras, assim como os funcionarios administrativos em pleno exercicio dos seus cargos, salvo os casos de molestia que os afaste, tanto a este como aquelles, dos seus misteres, comprovada por attestado medico, hipothese esta que sera regulada pelo regime interno.

Art. 5º - O pessoal administrativo do gymnasio será nomeado pelo Prefeito Municipal, sendo os respectivos funcionarios conservados no exercicio do cargo enquanto bem servirem.

Art. 6º - Fica creada a Escola Normal Livre de Sorocaba, annexa ao Gymnasio Municipal, a qual funcionará de accordo com a lei estadual de ensino.

Art. 7º - A Câmara Municipal de Sorocaba, assume todos os encargos decorrentes da criação da Escola Normal Livre e constantes da lei estadual n.º 2269, de 31 de Dezembro de 1927, que reformou a instrução pública do Estado.

Art. 8º - O corpo docente da Escola Normal Livre será o mesmo do Gymnasio Municipal e se comporá ainda dos professores que o Prefeito nomear para o ensino de Gymnastica, Trabalhos Manuaes e Musica.

Art. 9º - As taxas de matriculas, freqüência e exames de admissão ao Gymnasio Municipal e a Escola Normal Livre, constarão também de tabellas a serem organizadas pela Prefeitura e aprovadas pela Câmara, devendo todas as taxas ser as mais modicas possiveis e não podendo a municipalidade fazer desses estabelecimentos fontes de renda com fato de lucros.

§ único – Aos meninos pobres, de ambos os sexos, quando orphans ou quando filhos constituídos de pessoas que não possuem renda superior a 300\$000 mensaes, os quaes tenham demonstrado gosto pelas lettras e applicação ao estudo, com parecer favoravel congregação, a Prefeitura poderá conceder dispensa de taxas de matriculas, freqüência e exames, não podendo o numero de logares destinados a esses alumnos gratuitos ser superior a dez em cada serie nos dois estabelecimentos a que se refere a presente lei.

Art. 10º - Fica o Prefeito auctorisado a abrir os necessarios creditos para prover o funccionamento desses estabelecimentos em exercicio corrente.

Art. 11º - Revogam-se as disposições em contrario, entrando a presente lei em vigor na data da sua publicação.

Ao Secretario da Câmara e da Prefeitura para a necessaria publicação.

Sorocaba, 16 de Janeiro de 1929.

O Prefeito Municipal João Machado de Araújo

Publicada na data supra.

O Secretario Isaltino de Almeida

ANEXO III

1		
Ponto - 6 de março de 1929 - 1º e 2º (4ª feira)		
Franeez	Alda V. de Paiva Vieira	8 às 9
Arithmetica	Alm. Vieira	9 às 10
Desenho	José Per. da Fonseca Junior	10 às 11
Musica	Acacio Wey Sapiro	11 às 12
Franeez		13 às 14
Desenho		14 às 15
Arithmetica	Alm. Vieira	15 às 16
Musica		16 às 17
Ponto - 7 de Março de 1929 - 1º e 2º Periodos 5ª feira		
Geographia	Dr. Americo Augusto de Figueiredo	8 às 9
Algebra	Alm. Vieira	9 às 10
Sor. e Calliphania	Pentecostes Aguiar	10 às 11
Trabalhos	Guilherme Siqueira	11 às 12
Algebra	Alm. Vieira	13 às 14
Sor. e Calliphania	Pentecostes Aguiar	14 às 15
Geographia	Américo Augusto de Figueiredo	15 às 16
Trabalhos	Guilherme Siqueira	16 às 17
Ponto - 8 de Março de 1929 - 1º e 2º Periodos 6ª feira		
Franeez	Alda V. de Paiva Vieira	8 às 9
Arithmetica	Alm. Vieira	9 às 10
Desenho	José Per. da Fonseca Junior	10 às 11
Gymnastica	Guilherme Siqueira	11 às 12
Franeez	Alda V. de Paiva Vieira	13 às 14
Desenho	José Per. da Fonseca Junior	14 às 15
Arithmetica	Alm. Vieira	15 às 16
Gymnastica	Guilherme Siqueira	16 às 17
Director	Pentecostes Aguiar	

ANEXO IV

ESTADO DE S. PAULO

COMARCA DE SOROCABA

PRIMEIRO TABELLIÃO

PEDRO MOREIRA COELHO

Primeiro Traslado - Livro Nº 137 - Fls. 167 vs.a 168 vs.

502. Escriptura de doação entre-vivos que faz a Associação da Campanha Pró Predio Normal e Gymnasio desta cidade, a Prefeitura Municipal de Sorocaba.

SAIDAM quantos esta escriptura publica de doação entre-vivos virem, que no Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e novecentos e trinta e seis (1936), aos doze (12) dias do mez de Novembro do dito anno, nesta cidade e Comarca de Sorocaba, Estado de São Paulo, em meu Cartorio e perante mim Tabellião compareceram partes entre si justas e contractadas, a saber; como outorgante doador, a Associação da Campanha Pró Predio Normal e Gymnasio desta cidade, pessoa juridica neste acto representada pelos seus Directores Coronel Vicente Amaral, Apparicio Mascarenhas e Abdiel Lopes Monteiro, estes casados, brasileiros, proprietarios, residentes nesta cidade, e como outorgada donataria a Prefeitura Municipal de Sorocaba, neste acto representada pelo seu Prefeito Alcino Oliveira Rosa, este brasileiro, casado, residente nesta cidade, e autorizado pela Lei Municipal nº 10, de 3 de Outubro de 1936, os presentes reconhecidos de mim pelos proprios de quem trato e das testemunhas ao final nomeadas e assignadas, do que dou fé. Em presença das quaes pela outorgante doadora a Associação da Campanha Pró Predio Normal e Gymnasio desta cidade, representada na forma acima declarada, me foi dito que pela transcrição numero 4080, de ordem de 25 de Janeiro de 1934 do Cartorio competente desta Comarca, é senhora e legitima possuidora de um terreno medindo cinquenta (50) metros de frente por cem (100) metros da frente ao fundo, tendo nos fundos a mesma largura da frente, situado á Avenida Doutor Eugenio Salerno, esquina da rua Varnhagen da Villa Casanova, antiga chacara "Speer" desta cidade e Comarca de Sorocaba, Freguezia de Nossa Senhora da Ponte e dividindo-se pela maneira seguinte; a frente com a referida Avenida Doutor Eugenio Salerno, por um lado com o Gymnasio do Estado, por outro lado com a rua Varnhagen

e pelos fundos pela rua do Gymnasio; que o immovel acima descrip-
to e confrontado e que possui livre e desembaraçado de qualquer -
onus, disse elle outorgante doadora que pela presente escriptura e
na melhor fórma de direito, faz doação, e como effectivamente doa-
do tem, no valor de quinze contos de reis (15:000\$000), á outorgada
donataria a Prefeitura Municipal de Sorocaba, para nelle ser cons-
truido opportuna, ente o edificio destinado á Escola Normal Livre -
desta cidade. E assim cede e transfere á outorgada donataria toda
a posse, jus, dominio, acção e direito, que tinha ou possa ter no
referido terreno, para que do mesmo a donataria use, goze como seu
que fica pertencendo. Presente a donataria a Prefeitura Municipal
de Sorocaba, representada na forma acima declarada, me foi dito an-
te as mesmas testemunhas que acceitava a presente escriptura na
fórma e condições como nella se contem e declara, deixando de a-
presentar a sisa em virtude de gosar da isenção nos termos do Ar-
tigo 41 da Lei nº 2485, de 16 de Dezembro de 1935. E de como assim
disseram, do que dou fé, lavrei esta escriptura a este Cartorio ho-
je distribuida, que sendo lida ás partes na presença das testemu-
nhas e achada em tudo conforme, Outorgaram, acceitaram e assignam -
com as mesmas testemunhas e que são, Luiz Ferrucci e José dos San-
tos Terra, a tudo presentes, residentes nesta cidade, meus conheci-
dos. Eu, João de Moraes, Tabellião Ajudante que a escrevi. Eu, Pe-
dro Moreira Coelho, Primeiro Tabellião, subscrevi. (aa) Vicente Amarel.
Apparicio Mascarenhas. Abdiel Lopes Monteiro. Alcino Cliveira Rosa.
Luiz Ferrucci. José dos Santos Terra. - Traslada em seguida. Eu, Pe-

dr. Lucena Galley, 1º Tabellião
o conferi, subscrevi e assignei
em publico e legal.

Em 1º de Maio de 1964
Pedro Moreira Coelho

1º Tabellião

*Arrolados na
pela seguinte*

*22054
1º/10/64
Rº 32*



Quadro IV- Histórico da Siderúrgica Nossa Senhora Aparecida em Sorocaba.

1917	Ferraria Agrícola Nossa Senhora Aparecida
1931	Salles Carvalho e Cia.
1935	Máquinas Piratininga
1937	Fábrica de Ferragens e Ferramentas Nossa Senhora Aparecida, adquirida por Luiz Pinto Tomas e Eduardo G. Rossi
1940	Fábrica Nossa Senhora Aparecida, proprietário: Luiz Pinto Tomas até 1988
1943	Transferência para 240.000 m ² na rua Padre Madureira
1944	Indústria Metalúrgica Nossa Senhora Aparecida
1978	Doação do terreno na rua XV de novembro à Prefeitura Municipal de Sorocaba, para instalação da Escola Supletiva Leonor de Paula Pinto Tomas e anfiteatro Aparecida
1988	Aços Ipanema Villares, propriedade do Grupo Villares
1990	Aços Villares
1996	Aços Villares e Villares Metais
2000	Aços Villares e Villares Metais, propriedade do grupo SIDENOR
2004	Aços Villares, propriedade do grupo SIDENOR e Villares Metais, propriedade grupo Böhler

Fonte: Dados fornecidos por Basílio Petri (Supervisor de RH) e por Osmar de Almeida Lima Fº (Supervisor do Tratamento Térmico) – Unidade Sorocaba.

REFERÊNCIAS

ALEIXO IRMÃO, José. O Liberalismo em Sorocaba. São Paulo/SP: Sociedade Impressora Pannartz, 1986.

_____. A Perseverança III e Sorocaba. Vol. 1 e 2. Sorocaba/SP: Fundação Ubaldino do Amaral, 1994.

ALMEIDA, Aluisio de. História de Sorocaba. Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, Sorocaba/SP, 1969.

_____. Sorocaba 3 séculos de História. Itú/SP: Editora Ottoni, 2002.

BADDINI, Cássia Maria. Sorocaba no Império: comércio de animais e desenvolvimento urbano. São Paulo/SP, Annablume: FAPESP, 2002.

CAMPOS, Arlêta N.Z.M. A Escola Normal Paulista: acertos e desacertos. Dissertação (Mestrado em Educação), São Paulo/SP: FE-USP, 1987.

CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. 4ª ed, Campinas/SP, UNICAMP, IE, 1998.

DEAN, Warren. A industrialização de São Paulo (1880-1945). 2ª ed. DIFEL.

DIAS, Maurício S. Extra: As primeiras páginas da história de Sorocaba. Sorocaba/SP: Gabinete de Leitura de Sorocaba, 1999.

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro. São Paulo/SP: Globo; Publifolha, 10ª edição, vol 2, 2000.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo/SP, USP, 9ª ed, 2001.

FRIOLI, Adolfo; **BONADIO**, Geraldo. Sorocaba 350 anos: Uma História Ilustrada. Sorocaba/SP, Gráfica Cruzeiro do Sul, 2004.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 27ª ed, São Paulo/SP, Companhia Editora Nacional, 1999.

JOB, Vera R. Origens e Importância do Ciclo do Tropeirismo, In: BONADIO, G. (Coord) : Tropeirismo e Identidade Cultural da Região de Sorocaba. Sorocaba/SP, 1983.

KULESZA, Wojciech Andrezej. A institucionalização da escola normal no Brasil (1870-1910). Brasília/DF: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v.79,n.193,p.63-71,set/dez 1998.

LEIS, Nilson. A caracterização do processo de urbanização e industrialização: o caso de Sorocaba. Dissertação de Mestrado. PUC, São Paulo/SP, 1995.

LUZ, Nícia Vilela. A luta pela industrialização do Brasil:1808 a 1930. São Paulo/SP, 2ª ed, Alfa-Omega, 1975.

MAGALHÃES, Justino. Contributo para a história das instituições educativas – entre a memória e o arquivo. In: Para a história do ensino liceal em Portugal. Universidade do Minho, Braga, 1999.

MENON, Og Natal. A educação escolarizada em Sorocaba entre o Império e a República. Tese de Doutorado em História. PUC. São Paulo, 2000.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FAUSTO, Boris. História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. O Brasil Republicano. Vol. 2-9. DIFEL, São Paulo/SP, 1978.

NOSELLA, P.,BUFFA, E. Schola Mater: A antiga Escola Normal de São Carlos. São Carlos/SP: Editora UFSCAR,1996.

OLIVEIRA, Sérgio Coelho de. A Enxada que Plantou uma Siderúrgica. Gráfica Cruzeiro do Sul. Sorocaba/SP, 1984.

_____. Os Espanhóis. TCM, Sorocaba/SP, 2002.

PINTO, Adriana . A Eschola Pública (1893 – 1897): um estudo da pedagogia paulista no século XIX.

PINTO JUNIOR, Arnaldo. A invenção da “Manchester Paulista” : embates culturais em Sorocaba. Dissertação de Mestrado. UNICAMP/FE, 2003.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. O proletariado industrial na Primeira República. In: FAUSTO, Boris. História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. O Brasil Republicano. Vol. 2-9. DIFEL, São Paulo/SP, 1978.

PRADO JUNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. Editora Brasiliense, São Paulo/SP, 1970.

PRESTES, Lucinda Ferreira. A vila tropeira de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba: aspectos socioeconômicos e arquitetura das classes dominantes (1750 – 1888). São Paulo/SP, Pró – Editores, 1999.

REIS FILHO, Casemiro dos. Índice Básico da Legislação do Ensino Paulista 1890-1945. Campinas/SP: Série Fontes, vol 1, Gráfica Central/ UNICAMP, 1998.

_____.A Educação e a Ilusão Liberal. São Paulo/SP: Editora Cortez: Autores Associados, 1981.

RIBEIRO, Maria L.S. História da Educação Brasileira: a organização escolar. Campinas/SP: Editora Autores Associados, 1993 (Coleção Educação Contemporânea).

ROCHA, Maria Aparecida dos Santos. Ensino Normal em São Paulo (1846-1963): Inventários de Fontes. Campinas/SP: Série Fontes, vol 2, Gráfica Central/ UNICAMP, 1999.

RODRIGUES, João Lourenço. Um Retrospecto. São Paulo/SP, Instituto Dona Rosa, 1930.

SANTOS, Eliana Oliveira. Industrialização de Sorocaba: bases geográficas. Humanitas FFLCH/USP, São Paulo/SP, 1999.

SEVCENKO, Nicolau. História da Vida Privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo/SP, Companhia das Letras, Vol. 3, 2001.

SILVA, Paulo Celso da. De Novelo de Linha a Manchester Paulista. LINC, Sorocaba/SP, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. A República: uma revisão histórica. Porto Alegre/RS: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1989.

TANURI, Leonor Maria. O Ensino Normal no Estado de São Paulo 1890-1930. São Paulo/SP, Faculdade de Educação Estudos e Documentos da Universidade de São Paulo, vol 16, 1979.

VIEIRA, Sofia L. Política Educacional no Brasil: introdução histórica. Brasília/DF: Editora Plano, 2003.